

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

**A SOMBRA DA CIDADE: A INVISIBILIDADE INDÍGENA
EM MEIO A MEMÓRIAS, ESQUECIMENTO E/OU SILÊNCIO DA
SOCIEDADE JUIENSE**

Edmar Fonseca das Neves

Rio de Janeiro
2022.02

Edmar Fonseca das Neves

**A SOMBRA DA CIDADE: A INVISIBILIDADE INDÍGENA
EM MEIO A MEMÓRIAS, ESQUECIMENTO E/OU SILÊNCIO DA
SOCIEDADE JUIINENSE**

*Dissertação apresentada como pré-requisito
para obter o título de mestre do Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política do
Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de
Janeiro da Universidade Cândido Mendes.*

Orientador: Prof. Dr. Rogério Ferreira de Souza

Rio de Janeiro

2022.02

DAS NEVES, Edmar Fonseca.

C278p. A sombra da cidade: a invisibilidade indígena em meio a memórias, esquecimento e/ou silêncio da sociedade juinense. Rio de Janeiro: 2022.

(98 Páginas)

Orientador: Dr. Rogério Ferreira de Souza.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro da Universidade Cândido Mendes.

Bibliografia

1-Memória Coletiva. 2-Povos Indígenas. 3-Juína-MT. 4. Interação Social

- Sociologia. I. Dr. Rogério Ferreira de Souza. II. Universidade Cândido Mendes. III. A sombra da cidade: a invisibilidade indígena em meio a memórias, esquecimento e/ou silêncio da sociedade juinense.

CDU 658.011.8

Edmar Fonseca das Neves

**A SOMBRA DA CIDADE: A INVISIBILIDADE INDÍGENA
EM MEIO A MEMÓRIAS, ESQUECIMENTO E/OU SILÊNCIO DA
SOCIEDADE JUINENSE**

*Dissertação apresentada como pré-requisito
para obter o título de mestre do Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política do
Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de
Janeiro da Universidade Cândido Mendes.*

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rogério Ferreira de Souza (IUPERJ-UCAM)

Orientador

Prof. Dr. Paulo Gracino Junior (IUPERJ-UCAM)

Examinador Interno

Prof. Dr. José Colaço Dias Neto (COC/ESR/UFF)

Examinador Externo

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo pesquisar para conhecer os elementos constitutivos da memória dos pioneiros quanto ao processo de colonização de Juína-MT. O método adotado foi ir a campo para entrevistas e seguido o efeito bola de neve, indo nas indicações das figuras mais antigas de cada localidade. Durante as entrevistas foram analisadas as narrativas de pioneiros colonizadores que são das zonas limítrofes com as áreas indígenas, e materiais secundários que trouxeram narrativas de cidadãos categorizados pioneiros pela sociedade juinense. Foi identificado que há um processo de esquecimento dos povos indígenas que habitavam e habitam Juína-MT em curso; desde o silêncio em torná-los invisíveis na história, quanto nos enquadramentos temporais da memória da sociedade juinense. Por isso, a dissertação mostrou-se relevante e necessário para dar luz a esta sombra do processo de colonização; apontando que para além das narrativas os símbolos representativos de memória como ruas, bairros, monumentos, bandeira, hino e celebrações de aniversários da cidade perpetuam a invisibilidade dos povos indígenas que de estabelecidos foram transformados em outsiders.

PALAVRAS-CHAVE: Memória Coletiva; Povos Indígenas; Juína-MT; Interação Social.

ABSTRACT

This work aimed to research to know the constitutive elements of the memory of the pioneers regarding the process of colonization of Juína-MT. The method adopted was to go to the field for interviews and followed the snowball effect, going to the indications of the oldest figures in each location. During the interviews, the narratives of pioneer colonizers who are from the border zones with the indigenous areas, and secondary materials that brought narratives of citizens categorized as pioneers by the society of Juína were analyzed. It was identified that there is an ongoing process of forgetting the indigenous peoples who inhabited and inhabit Juína-MT; from the silence in making them invisible in history, as well as in the temporal frameworks of the memory of Juínense society. Therefore, this work proved to be relevant and necessary to shed light on this shadow of the colonization process; pointing out that, in addition to the narratives, the representative symbols of memory such as streets, neighborhoods, monuments, flag, anthem and celebrations of the city's birthdays perpetuate the invisibility of indigenous peoples who were transformed from established into outsiders.

KEYWORDS: Collective Memory; Indian people; Juína-MT; Social interaction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização de Juína - Mato Grosso, Brasil.	22
Figura 2: Limites, localização no mapa do Estado e vias de acesso de Juína	22
Figura 3: Situação fundiária das terras indígenas no Mato Grosso	30
Figura 4: Loteamento em meio a floresta.	31
Figura 5: Juína, distrito de Aripuanã.....	32
Figura 6: Visão aérea de Juína em 1987	40
Figura 7: Visão aérea do processo de abertura da AR-1	58
Figura 8: Estrada AR-1 concluída em Juína-MT	59
Figura 9: Organização Espacial da Aldeia Rikbaktsa.....	60
Figura 10: Praça da Bíblia, Juína-MT.....	60
Figura 11: Mapa de títulos sobrepostos à Terra Indígena Aripuanã.....	70
Figura 12: Ocupação indígenas no Parque Aripuanã e Terras indígenas.....	70
Figura 13: Indígenas trazidos para mediação com os povos originários	72
Figura 14: Brasão de armas de Juína	78
Figura 15: Bandeira de Juína-MT.....	78
Figura 16: Perspectivas do Monumento dos Pioneiros.	79
Figura 17: Museu da Diocese de Juína.....	82

Sumário

INTRODUÇÃO	2
1. ASPECTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS DA E PARA A MEMÓRIA....	12
2. COABITAÇÃO E FRONTEIRA, A ESTEIRA DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA	21
2.1. POVOS E TERRAS	23
2.2. LOTEAMENTO DA MATA, DO DISTRITO A CIDADE.....	30
2.3. FRONTEIRAS DA MATA	36
3. A MEMÓRIA FUNCIONAL E MEMÓRIA OBJETIVA: A SOMBRA DA SOCIEDADE, DE PROTAGONISTAS A MEROS FIGURANTES	41
3.1. DE ALDEIA A PRAÇA, A BÍBLIA BANHADA DE SANGUE	57
3.2. A FALTA DE ÁGUA OS PÕE COMO IGUAIS, LEMBRAR POR QUÊ?.	62
3.3. DE VAGABUNDOS À MANTENEDORES DA ECONOMIA LOCAL	65
3.4. O SAQUE DAS RIQUEZAS DOS POBRES PARENTES	68
3.5. DA PENUMBRA À SOMBRA, O APAGAR DAS LUZES	73
3.6 – A QUEM INTERESSA O APAGAMENTO? UMA BREVE PONTE DO PASSADO PARA O FUTURO.	83
4. CONCLUSÃO.....	87
5. REFERÊNCIAS.....	90

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado foi apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, vinculado a Universidade Cândido Mendes, construída sob a linha de pesquisa Cidade, Cultura e Poder; sob a orientação do Dr. Rogério Ferreira de Souza, e teve por finalidade conhecer e problematizar os elementos constitutivos da memória dos pioneiros quanto ao processo de colonização. Buscou-se identificar os mecanismos e processos esquecimento ou apagamento em relação à comunidade de indígenas que habitam o território de Juína, no Noroeste do Mato Grosso. A pesquisa parte das narrativas e lembranças trazidas na constituição da memória coletiva desde as primeiras ocupações de terras que deram, na década de 1980, origem ao município.

Parte-se da premissa que ao analisar os processos e mecanismos de produção do esquecimento de comunidades subalternizadas presentes no território, é possível entender e trazer em tela, a construção de uma memória funcional na qual prioriza a memória do mito fundacional.

Por meio de conversas amistosas e outras aleatórias, fui tomando conhecimento de recortes que foram montando um quebra cabeça de um passado não contado abertamente e muito menos aberto ao conhecimento das novas gerações. Com isso, como forma de explorar e identificar tal sombra que permeia o conhecimento geral de como se deu o processo de criação de uma cidade em meio a selva amazônica que, apresentei este projeto e que hoje se materializa em uma dissertação que traz o resultado de conversas, leituras, entrevistas de campo, pesquisas com materiais impressos e outros digitais, e principalmente um material audiovisual no qual comporta entrevistas com narrativas de mais de cem pioneiros.

Entende-se que tal reflexão se faz urgente, tendo em vista que em 2021 o alinhamento do atual governo federal brasileiro aos interesses políticos e econômicos ligados ao mercado do agronegócio mundial quanto a demarcação de territórios indígenas¹ e nomeações de terras devolutas² assim como no início de Juína, ficou

¹ O Projeto de Lei 490/07 transfere do Poder Executivo para o Legislativo a competência para realizar demarcações de terras indígenas. Fonte: Agência Câmara de Notícias

² São terras públicas que em nenhum momento integraram o patrimônio particular. O termo relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado.

explícito uma crescente de narco-garimpeiros e milícias armadas³. Visto que, as narrativas oficializando as concepções hierárquicas étnico-raciais entre dominantes e dominados, põem indígenas ao lado obscuro e de modo esquecido na história moderna que se instaurou com a marca capitalista nas desigualdades sociais, hierarquias institucionais e racistas.

Ou seja, houve um retorno à pauta que visava aprovar um dispositivo jurídico que através de ordenamento político viria permitir, por votação de parlamentares (e não mais através de estudos científicos), a remarcação de terras indígenas, em vista de priorizar o capital do que a vida. É nesta seara que se tornou imprescindível registrar tal compreensão do contexto que permeia a história antes/preparação, o durante/colonização, e o depois/desenvolvimento da cidade de Juína que se constituiu em meio a selva amazônica.

Haja visto que, apesar do Serviço de Proteção ao Indígena – SPI ter sido criado em 1910 e operado de diferentes formatos até 1967, foi substituído pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI para o cumprimento do que se refere à promoção e proteção aos direitos indígenas de todo território nacional. Contudo, durante a gestão dos militares no período da ditadura militar no Brasil, refletiu-se a postura moral e seus critérios particulares de conduta; tanto no que se referia à escolha de seus funcionários quanto nas regras nas quais deveriam ser cumpridas ou dribladas. Dito isto, cabe a observância e comparação a determinado perfil gestão executiva federal no Brasil atualmente (2018-2022), assim como o processo de escolha do atual presidente da FUNAI; e que desse modo, conseqüentemente, é notório que suas intervenções só corroboram com interpretações de cunho ideológico governista e de caráter expressamente em prol do sistema econômico predatório.

Para fins de contextualização histórica do avanço do agronegócio sobre terras indígenas cabe ressaltar que em 1934, através do artigo 5º da Constituição Federal (CF) que à época foi posta, dizia em seu artigo 129: “Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem. Permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedados aliená-las.” E aproveitando deste período, é importante relatar que foi sob a mesma constituição que começa a movimentação e interesse político na região observada; pois durante o Governo Vargas (1937-1945) com a proposta da

³ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/890073-indefinicao-sobre-marco-temporal-abre-brecha-para-perseguir-liderancas-indigenas-afirmam-debatedores/>. Acessado em: 30/07/2022.

“Marcha para o Oeste” sob o pretexto do desenvolvimento e da integração econômica, levando-se em conta, o crescimento populacional na região norte e central do país.

Destaca-se também, que as ações implementadas pelo Governo Federal até meados de 1970-1980, proporcionaram dispositivos que acabaram por favorecer a execução de políticas de ocupação das terras devolutas em que havia em algumas delas indígenas. Podemos dizer, que este período foi o de maior vigilância e repressão militar desde o Estado Novo, período este em que a propaganda “oficial” em relação ao desenvolvimento e progresso e patrocinada pelo Estado, acabou por gerar uma colonização de forma abrupta ocasionando um genocídio de povos indígenas (PEREIRA SANTI, 2016).

Ao considerar válida a normativa das terras devolutas por parte do Estado, foram mapeados os territórios passíveis de comercialização e dispensada qualquer consideração quanto ao tipo de ocupação humana nelas existente; tanto que, onde veio materializar-se a cidade em meio a selva já foi chamada por “terra esquecida”. Para cumprir o objetivo traçado pelo Governo Federal, foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso – CODEMAT S.A. – que fora a colonizadora oficial a partir do final da década de 1970; a ela cabia o processo de alienar e comercializar as terras devolutas que passaram a sua maioria a tutela da União e do Conselho de Segurança Nacional (PEREIRA SANTI, 2016).

Como perspectiva de povoamento e desenvolvimento econômico, a colonização traça perfis específicos para ocupação oficial do território e com isso começa os traços de modernidade em meio a selva: financeirização, financiamentos, estradas, fazendas, sítios, módulos, avenidas, ruas, eleições, corrupção, contrabando, sonegação, empresários, políticos, dívidas, falência, enriquecimento, mercados, hotéis, postos de gasolina, rede de lojas, cartel, truste etc (IORIS, 2009). A empresa colonizadora apesar de justificar ter feito chamamento nacional, a soma maioria dos pioneiros desse projeto são oriundos da região sul do Brasil; alegando-se a habilidade e experiência rural, de ser servil, trabalhador e patriótico.

No desenvolver das entrevistas exploratórias ao analisar as narrativas e comparar aos fatos, percebeu-se a existência de um tipo de narrativa em que Boaventura de Souza Santos (2010) classifica como “pensamento abissal” característico do colonialismo. O autor aponta para uma perspectiva crítica de se pensar para além destas linhas globais, evitando-se a chave unilateral hegemônica.

Ou seja, priorizar a regulação e emancipação e não a apropriação e violência. Contrariamente à perspectiva de Boaventura (2009 apud SANTOS, 2010), o que se percebe é uma promoção ao protagonismo dos pioneiros como atores sociais. O destaque dado à figura dos pioneiros em detrimento dos povos originários pode ajudar a compreender a perspectiva de um colonialismo presente até dias atuais. Pois, nessa perspectiva, atribuem aos colonizadores o papel de protagonistas e ligados ao progresso e à modernidade. E, como contraste, é estabelecido no imaginário e nas narrativas colonialistas a imagem e o papel do “outro” como atrasado, pré-modernos. Desta forma, contribuindo para a promoção de uma interseccionalidade e favorecendo um apagamento de memórias importantes para compreensão das relações sociais de não indígenas e indígenas neste território.

Em reflexão perante as relações sociais em observação desta sociedade, gerou-me as seguintes hipóteses que emergiram este trabalho: - O modo como foi realizado o processo colonizador veio a favorecer uma (não) sociabilidade entre indígenas e não indígenas; - A memória coletiva favorece um esquecimento de conflitos e massacres ocorridos na região em prol de uma modernidade do município em questão; - Com a maior parte do município sendo território indígena favorece a visibilidade e disseminação da cultura dos povos originários; - Com a promulgação da Lei nº 11645 de 2008 (BRASIL, 2008), as novas gerações escolares desta cidade recebem o conhecimento do ocorrido com os povos indígenas do território quanto à colonização do município e a promoção da cultura dos povos originários.

Assim, de “terra esquecida” à “Rainha da Floresta”, este território que apesar do brilho das pedras preciosas que por aqui já tiveram em abundância e da luz elétrica com o advento da modernidade; consta uma sombra não natural sobre a história oficial desta cidade, em que representa na memória coletiva como um apagamento/esquecimento dos fatos que antecederam ou foram contemporâneos a chegada dos pioneiros. Porém, uma memória que inicialmente desconhece-se alguns dos elementos constitutivos, e que indo a campo para garimpar bibliografias e pessoas que se disponibilizaram a contribuir com suas memórias; é que dou início minha pesquisa para apresentar a perspectiva sociológica sob o memorial coletivo desta cidade criada em meio a selva amazônica, Juína.

Em 17 de agosto de 2019 foi eleito o Conselho Municipal de Patrimônio e Cultura em Juína, que é parte do Sistema Municipal de Patrimônio Cultural e que põe

o município em conformidade com o art. 216, §1º da Constituição Federal. Apesar de ter a participação de um vereador, da coordenadora municipal do PDI – Programa de Desenvolvimento Estratégico do Tribunal de Contas, acadêmicos, historiadores, professores, pioneiros e comunidade em geral, em destaque na matéria; não constou descrito e nem no registro visual do encontro, a presença da representação indígena nesta proposta.⁴ E apesar dos trinta e sete anos de emancipação da cidade, ainda não tinha sido registrado um hino oficial e assim foi dado o processo para resolução; sendo que, ao começarem a receber os primeiros materiais concorrentes, foi percebido que nenhuma das versões mencionava os povos indígenas em suas letras. Esta informação eu obtive posteriormente em uma conversa com Nelson Mutzie Rikbaktsa (em memória)⁵, uma liderança de seu povo e de grande referência para os demais povos da região, que foi convidado a fazer parte do Conselho; e enfim, para além de ocupar o espaço de direito dos povos indígenas, vir dar a visibilidade aos povos nativos deste território, como os demais grupos sociais elencados nas letras dos hinos apresentados.

No início de 2019 eu conheci o Nelson, em uma ação socioeducacional de jovens indígenas que tinham ingressado no ensino superior de uma instituição privada por meio de bolsa de estudos; sob sua articulação e mobilização, conseguiu colaboradores para auxiliarem no processo de adaptação tecnológica e reforço pedagógico em determinados conteúdos que divergiam ou fugiam do currículo da educação básica indígena. Cabe pontuar que, neste mesmo ano eu lecionava no curso de licenciatura em Educação Física desta instituição e pude ver o impacto gerado dentro da instituição, pelo comportamento de estudantes e professores mediante a iniciativa institucional quanto às bolsas de estudo a indígenas; como também no lado indígena sob tamanha pressão de seus parentes, somado aos desafios da socialização acadêmica.

Observa-se ainda tal sentimento social no episódio de esquecimento ou de um possível apagamento dos povos indígenas nas letras que concorreram a um dos símbolos principais da cidade; além de deselegante, justifica a necessidade de compreender como é dado o processo de memória coletiva neste contexto social de

⁴ Disponível em: < <https://juina.mt.gov.br/noticia/1742/juina-elege-seu-conselho-municipal-do-patrimonio-cultural>>. Acesso em: 04/12/2021.

⁵ Disponível em: < <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/07/23/indigena-lideranca-do-povo-rikbaktsa-morre-internado-com-covid-19-em-cuiaba.ghtml>>. Acesso em: 04/12/2021.

Juína. Logo, o pensamento metodológico de Michael Pollak (1989) contribui para respaldar a relevância desta pesquisa:

Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais (POLLAK, 1989, p.10).

Partindo do ponto da imagem/história oficial que é narrada mediante a uma memória coletiva, é que se torna importante compreender os elementos constitutivos dessa memória e defini-la; em exemplo a lógica de Fredrik Barth ao pontuar que “estes contatos entre diferentes sujeitos culturais são definidos como zonas de fronteiras, mas uma fronteira imaginária perigosa, pois, em seu ponto limite, as identidades do ‘um e do outro’ são reconfiguradas” (SANTOS, 2018, p.77).

Visto que, o incidente do esquecimento configura uma possível relação de forças sociais que está ligada a estrutura objetiva, independente da vontade dos homens, se desenham no que Halbwachs (2004) e Dos Santos (2012) já estudavam, que a partir da percepção de que lembranças são constituídas por indivíduos em interação que são a um só tempo constituídos e constituintes de sua história, a memória e liberdade voltam a ser associados aos processos constitutivos de memória coletiva e que não se distinguem dos experimentos individuais relacionados à memória de seus contextos sociais.

Assim, esta dissertação seguiu o objetivo traçado e levou em consideração as hipóteses elencadas, em que se tornou relevante não só para identificar e apresentar os elementos constitutivos da memória coletiva; mas também por dar luz a memórias subalternizadas frente a memória oficial de Juína, e desvelar possíveis fatores que favorecem a (não) sociabilidade de indígenas e não indígenas neste município estudado. Para tanto, o primeiro capítulo tem como proposta a apresentação dos aspectos teóricos e metodológicos que irão nortear, tanto a pesquisa quanto as reflexões desta dissertação, principalmente em relação aos elementos constitutivos da memória enquanto processo social e identitário em disputas.

Com o propósito de esclarecer os sentidos das referências utilizadas para enquadramento da memória sob os elementos, cenário e personagens é que o primeiro capítulo agrega juntamente os pensadores que concatenam para ser alcançado a memória subterrânea, o não dito, e identificado o silêncio (POLLAK, 1989) nas narrativas analisadas. Contudo, estas análises propiciam destacar os autores que tratam das posições do sujeito (LACLAU, 2013) versus o Sistema Social e versus o Outro; para assim delinear perfis característicos de estabelecidos x outsiders, e compreender ao longo a inversão de papéis construído pelos pioneiros colonizadores.

Para isso, foi utilizado o método de narrativas de vida de Daniel Bertaux (2010) em que gerou entrevistas em campo com os pioneiros colonizadores de Juína, e que foi adotado o método de bola de neve (BALDIN e MUNHOZ, 2011) para chegar em pioneiros nos quais não estavam na relação pública dos registros pesquisados. Visto que, dei preferência em buscar as pesquisas iniciais dos pioneiros que residiam nos distritos limítrofes das terras indígenas do município; possibilitando assim, identificar traços dos primeiros contatos e da socialização em dias atuais em determinados casos. Contudo, devido ao processo histórico conturbado durante o processo de colonização, houveram muitas conversas/narrativas em campo que ficaram como anotações e que não foram autorizadas a serem gravadas.

Com isso, dentre o levantamento bibliográfico de fontes impressas e digitais, foi utilizado um repositório de entrevistas dos pioneiros de domínio público em uma página do portal de uma rádio de Juína, que possibilitou sextuplicar o número de narrativas analisadas. Dentre estas narrativas, o método de análise do discurso que Ernesto Laclau (2013) apresenta foi utilizado, e com ele foi possível identificar traços ideológicos, culturais e sociais que acompanham grupos e instituições desde a colonização.

Já o segundo capítulo traz o título “Coabitação e Fronteira, a esteira da integração econômica”, sob o propósito apresentar o desenvolvimento social perante a modernização; em que aborda os processos da colonização que veio inicialmente como um distrito de Aripuanã-MT a abertura e emancipação como município. Na qual, divide-se em sessões para que a leitura flua de acordo com o processo cronológico e entendimento da ocupação pelos colonizadores que em Juína chegaram. Para isso, a

primeira seção trata sobre os “Povos e Terras”, em que faz uma apresentação das três etnias indígenas que já estavam no território antes do processo de colonização; e, traz a localização dada por lei dos territórios indígenas que compõe Juína, no qual permite a compreensão da travessia da estrada AR-1 pela mata e dos territórios que atravessou.

Este capítulo segue com outra subseção – “Loteamento da mata, do distrito a cidade” - que descreve as memórias dos pioneiros e episódios nos quais é descrito o planejamento de módulos para formação da cidade. Haja visto que, após a chegada da estrada ligando Juína-MT a Vilhena-RO, a colonizadora definiu lotes e ruas objetivando a definição de dois bairros iniciais, módulo 1 e módulo 2. Contudo, os módulos subsequentes só vieram mediante ao processo de derrubada da mata dos que adquiriram os lotes dos módulos 3 e 4; possibilitando alcançar o planejamento de emancipação pré-determinado sob prazo desde o lançamento do projeto Juína.

Porém, ao observar o antes, durante e depois das marcações feitas pelos não indígenas em meio a selva, foi feita uma última subseção no primeiro capítulo – Fronteiras da Mata -; em que é abordado as percepções quanto ao entendimento de fronteiras e o uso destes em justificativa de desenvolvimento e modernidade. Também, é possível identificar visualmente que colonizadores e o Estado não respeitaram Leis então publicadas em prol dos povos originários; além de invadirem e abrirem novos lotes onde já tinha proteção por Lei, até dias atuais deslumbram um desenvolvimento econômico para a cidade que avance pelas terras indígenas demarcadas.

Já no capítulo três – A memória funcional e memória objetiva: a sombra da sociedade, de protagonistas a meros figurantes – é o momento no qual se recorre ao estudo de Aleida Assman (2011) para mostrar que nós estamos munidos de possibilidades de história, de memória corporificada e experiências, e temos a capacidade e a necessidade de falar sobre nossas próprias memórias pessoais com os outros. Porém, analisamos que tais memórias seguem uma linha narrativa que invisibiliza a presença dos indígenas que faziam uso conjunto de espaços públicos naturais e urbanos; e que apesar da suma maioria omitir tais personagens em meio a cidade, alguns pioneiros dão lume a fatos que propiciam desenvolver a primeira subseção deste capítulo – De aldeia a praça, a bíblia banha de sangue –.

Nesta sessão inicial há um comparativo funcional de memória do passado com a arquitetura atual, em que há indícios sob comparação informativa dada em narrativa com material científico, equiparando um formato similar do que já foi a aldeia antes da colonização e a praça principal de Juína, localizada na região do centro urbano do município. Contudo, foi apurado informações que confirmam o episódio retratado no filme Avaeté quanto a terem sido jogados dinamites para explodir em meio a aldeias que já estavam no território; também reflexões quanto ao uso do poder e da veracidade das histórias, o quanto refletiu-se em dias atuais tais narrativas.

Na segunda sessão – A falta de água os põe como iguais, lembrar por quê? -, remete aos problemas enfrentados no início do processo de colonização demonstrando a questão da falta de água conforme foram abrindo os módulos e aumentando a população presente em Juína. Pioneiros relataram desde locais que eram de uso comum para pegar água e lavar roupas, até situações de indígenas que acampavam na beira da mina de água, como todos os que chegavam à cidade. Porém, apesar da narrativa ser dada por um ex-delegado de Juína, não foi encontrado na suma maioria das narrativas tais informações que citassem a presença ou a socialização com os indígenas.

Para isso, na terceira seção do capítulo três – De vagabundos à mantenedores da economia local -, se traz o discurso propagado quanto ao estilo de vida convencional aos indígenas ser antagônico ao modo de vida capitalista dos pioneiros colonizadores; que por isso, percebe-se uma construção de subcidadania e preconceito aos povos originários em que foram referenciados como vagabundos. Porém, ao entrevistar pioneiros residentes das áreas fronteiriças a terras indígenas, foi narrado que desde o princípio da colonização já havia indígenas que falavam a língua portuguesa e que compravam itens no mercado da vila dos não indígenas; antes com maior dependência e pagamento através de matéria prima e depois com menos quantidade de itens já pagando no dinheiro em espécie.

E nessa toada econômica, que a quarta sessão – O saque das riquezas dos parentes – do capítulo três aborda quanto a ganância exacerbada através da extração de madeira e minério propicia a reflexão em Anibal Quijano (2005), que sinaliza em que no universo das relações intersubjetivas entre os indivíduos e entre povos integrados, constituem um novo sistema-mundo e seu específico padrão de poder

mundial. Logo, vamos poder observar sob análises e fatos posteriores a colonização, que o pensamento de subcidadania dos povos originários e o exercício do poder colonial, faz não só os pioneiros se sentirem donos das terras demarcadas, como também dos próprios indígenas.

Com tantas situações nas quais já foram identificadas o processo de esquecimento em meio às memórias dos pioneiros colonizadores quanto aos indígenas, foi elencado os símbolos municipais e apurado como não evidenciam a devida memória dos indígenas; e assim, faz-se presente tais apontamentos na quinta sessão do capítulo três – Da Penumbra à sombra, o apagar das luzes -. E por fim, após observar os processos de apagamento dos vestígios, é analisado a quem interessa a narrativa oficial que vem omitir a presença, memória e direitos dos indígenas que até dias atuais permanecem no município e na sociedade juinense.

1. ASPECTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS DA E PARA A MEMÓRIA

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.” (POLLAK, 1989, p.9).

Cabe inicialmente esclarecer os significados e etimologia dos termos que serão usados repetidas vezes ao longo deste trabalho, vindo facilitar a distinção quando preciso for confrontá-los e desenvolvê-los mediante a conceitos pertinentes.

- Memória: é o processo de codificação, armazenamento e recuperação de experiências e conhecimento. Aquele que se lembra, que se recorda.
- Esquecimento: perder a lembrança de; não pensar em. Deixar fugir da memória.
- Silêncio: privação, voluntária ou não, de falar, de publicar, de escrever, de pronunciar qualquer palavra ou som, de manifestar os próprios pensamentos etc. Estado de quem se cala.

Em seguida, aproveito para desenvolver algumas percepções da memória trazidas por Pollak (1989), que pontua a questão da memória objetiva vinculada ao aspecto material e a memória subjetiva em que no imaterial se evidencia; para isso o autor faz referência a Émile Durkheim quanto a uma memória coletiva dada por coerção institucional como fatos sociais sendo coisas, e que em Maurice Halbwachs uma memória coletiva como coesão social, ao referir-se a uma memória nacional como mais “bem acabada”, em que há seletividade e negociação com memórias individuais. Contudo, Pollak (ibid) apresenta o conceito de “lugar de memória” de Pierre Nora, para que compreendamos que os sentidos material, funcional e simbólico é o que transforma toda a unidade significativa de ordem objetiva ou subjetiva; com isso, o autor perpassa sob tais percepções e as agrega junto de Freddy Raphael quanto a questão da memória envergonhada, o esquecimento dado por sentimento de absurdo ou de abandono, e o silêncio coercitivo a vítima e a renegação de si mesmo.

Mas imprescindível a questão da memória é a questão da narrativa, e por isso Paulo Ricceur (2007) aponta uma dualidade quanto a narrativa está intimamente ligada a memória; em que de um lado como o conhecimento histórico faz o processo

da narrativa ser então a do próprio acontecimento; mas que por outro lado, a narrativa é tida como forma primitiva de discurso, que é vinculada ao processo da criação do mito. Contudo, Stuart Hall (2015) em seus estudos de identidade cultural na pós-modernidade, nos explica que tais “narrativas do Eu” e a (re)significação da multiplicidade de cenários que esse sujeito pós-moderno perpassa; o faz criar a narração sob uma comunidade imaginada, onde o “mito fundacional” se faz um dos elementos principais do significante nação.

E em contraponto, para refletir sob a perspectiva da narrativa que Ernesto Laclau (2013) aborda como discurso, é que em determinados momentos este autor se fará necessário; em exemplo, analisar o discurso quanto ao que se refere à nação. Para Laclau o Povo/Nação não é uma categoria estática, pois ela varia de acordo com as diversas experiências ideológicas e demandas que cumprem uma ideia de antagonismo; e que neste sentido, se faz necessário a observação das dimensões linguísticas e não linguísticas (atitudinal) para compreendermos as posições de sujeito. Com isso, o uso da análise de discurso de Laclau tem por objetivo contribuir neste trabalho na percepção do enquadramento da memória que Pollak (1989) remete; pois como Pollak (ibid) foca nos processos e nos atores envolvidos na formalização de certa memória e dá atenção ao “problema da identidade social em situações limites”, é que junto aos componentes da memória (coerência, atores, testemunhas, registro material, contingência e processos) que os elementos (acontecimentos, pessoas e lugares) apresentarão quais memórias estão em disputa.

Ao pensar que há memórias distintas que permeiam o mesmo espaço, se faz necessário se apoiar nos conceitos que Aleida Assman (2011) aborda ao refletir sobre formas e transformações da memória cultural dadas no espaço da recordação. A autora nos aponta que há dois modos de recordação, um referente a memória funcional que assegura a identidade do grupo, e que por ser seletiva liga o passado presente e futuro de forma vinculada ao portador (grupo, instituição e/ou indivíduo); e outra chamada cumulativa (histórica), que ao contrário da primeira, separa completamente o tempo e espaço, o que faz tudo ser igualmente importante independente do momento ocorrido. A percepção desta autora nos é importante principalmente quanto às formas de uso da memória funcional: referente a legitimação e deslegitimação – quanto à alteração da memória, relativo à sua confirmação ou

anulação para serventia de propósitos políticos, e alusivo a distinção quanto a compreender os meios alegóricos de expressão que compõem a identidade coletiva.

Com isso de pensar no coletivo, Hall (2015) discorre em autores como Erving Goffman para correlacionar a microssociologia sob à interação do “Eu e o Outro”, e com Talcott Parsons no que se refere quanto ao “Eu e o Sistema Social” (grupos sociais e instituições) sob a perspectiva da macrossociologia; que nos possibilita traçar uma compreensão quanto a memória habitada (funcional) e inabitada (cumulativa/histórica) que Assman (2011) reporta. Assim como, tais observações nos permitem um diálogo referente a memória habitada correlacionada a memória coletiva constituída sob o “Eu e o Sistema Social” e a memória inabitada precisa do “Eu e o Outro” para refletirmos sob “problema da identidade social em situações limites” que destaca os componentes da memória (POLLAK, 1989).

Devido a conjuntura deste estudo perpassa, indiscutivelmente, a questão da colonialidade, mesmo compreendendo que há em dias atuais apesar dos registros históricos apontarem o fim do período do colonialismo, é que Anibal Quijano (2005) contribui com sua percepção. Visto que, Quijano junto ao pensamento para além da linha abissal que Boaventura de Souza Santos (2010) desenvolveu, nos leva a refletir quanto a modernidade infere na colonialidade de poder ao se estruturar enquanto forma de dominação; que ao ponto de levar tal pensamento a uma chave unilateral em que divide experiências, os saberes e os atores sociais, entre os que são úteis, inteligíveis e visíveis; transformando em objeto de supressão ou de esquecimento aqueles definidos como inúteis ou perigosos, ininteligíveis sob processo de dominação colonial que nos farão distinguir visibilidade (de causa econômica) de invisibilidade (étnica e cultural) no que diz respeito às dualidades: moderno x atraso, expansão x demarcar e submissão x liberdade, na relação entre Estado, pioneiros colonizadores e população indígena.

Como estratégia para buscar conhecer os elementos constitutivos da memória do processo de colonização e compreender a penumbra que se deixa quanto a (não) socialização de indígenas e não indígenas em Juína, iniciei as entrevistas exploratórias com as pessoas que reconhecidamente eram as mais antigas do território. Como também trago descendência mineira, sei que o recomendado é começar das beiradas para o centro em muitos casos; ou devido a experiência suburbana, é pela periferia que se anda quando precisa conhecer a realidade por trás

dos holofotes políticos e/ou dos flashes glamourosos sob a história vivida e não apenas a registrada/publicada.

Assim, o processo das entrevistas se deu inicialmente com três pessoas vinculadas diretamente no processo de colonização e/ou no Conselho de Memória do Pioneiro; como proposta de ter um ponto de partida quanto à narrativa oficial. Em seguida, comecei entrevistando os três moradores mais antigos e duas professoras que são referências; uma devido a ser filha de um pioneiro e a outra por ser uma grande referência na unidade escolar da vila de Fontanilhas, pois é o distrito Juinense mais à leste (53 km do centro da cidade) e que tem maior proximidade com o povo Rikbaktsa. Já na vila de Terra Roxa que é o distrito que fica mais a oeste (58 km do centro da cidade), entrevistei as duas mais antigas moradoras e o morador mais antigo que inclusive tinha trabalhado na divisão dos lotes ainda como parte do projeto da colonizadora neste distrito que tem maior proximidade com o povo Enanawê Nawê. Porém, o já com os dois casais de moradores mais antigos do distrito de Filadélfia, a vila mais distante (71km do centro da cidade) ao noroeste e que está abaixo da Serra Morena, que também é território dos Cinta Largas; foi utilizado da entrevista publicada em um portal virtual, que gerou um material audiovisual chamado Pioneiros. Visto que, somando entrevistas realizadas e conversas aleatórias acompanhadas do caderno de campo, me levaram a conhecer uma com uma professora e um professor da rede municipal de ensino na qual foram registradas as narrativas; e outras não, como com a pioneira integrante do sindicato rural, um ex-professor e fundador de um partido político em Juína, um ex-vereador, um ex-Prefeito, um sindicalista da educação, e alguns outros moradores de famílias de pioneiros que foi por onde iniciei o objetivo de buscar conhecer os elementos constitutivos da memória social do processo de colonização/pioneiros de Juína.

Esse tipo de estudo trata-se por natureza qualitativa, utilizando o método de narrativas de vida para conhecer a colonização de um município do Noroeste do Estado de Mato Grosso nos anos de 1978 a 1985. Com isso, inicialmente foi realizado uma revisão bibliográfica referente ao tema e quanto às informações pertinentes ao projeto sobre Juína; sendo possível apurar em: livros impressos, documentos públicos digitalizados, artigos, dissertações e teses disponíveis pela internet. Tal abordagem qualitativa se dá em razão desta consentir que o investigador adquira dados que elucidam hipoteticamente a natureza de toda uma vida de um indivíduo. Visto que,

esse método é o que se aplica ao estudo da história, por trabalhar com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esta demanda de fenômenos humanos é compreendida como parte da realidade social, pois o ser humano se diferencia não só por agir e intervir no ambiente, mas do pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida, e assim partilhar com seus semelhantes (MINAYO, 2010).

Tal proposta se deu com a realização de entrevistas presenciais, mas devido ao período pandêmico do Covid-19, propôs-se como alternativa tais entrevistas pudessem ser feitas por meio de redes sociais que permitam comunicação audiovisual; mas deixou-se claro que apesar do uso virtual da comunicação, haveria gravação do áudio para depois ser transcrito como forma de documento auditável e transcrito se preciso. Assim, sob uma pergunta aberta inicial quanto às lembranças trazidas pela pessoa entrevistada do início da cidade quando ela chegou em Juína, seguia-se a narrativa de acordo com a pessoa entrevistada e ao longo caso não desenvolvesse ou não abordasse pontos buscados, estimulou-se com indagações que auxiliem o desenvolvimento de fatos sociais e pontos históricos pertinentes a este projeto:

- Como tomou conhecimento sobre essa oportunidade de colonização e como descreveria seu estilo de vida na cidade de onde veio?
- Desde sua partida da cidade que veio até ser instalado nas terras destinadas por seu cadastro, o que sentiu e marcou ou que mais tem de lembrança desse processo?
- Do dia que chegou até 1985, poderia dizer sobre a relação social de sua família com os que já viviam nesse território, a formação do centro urbano com o comércio e das instituições públicas ou privadas mais atuantes no período?

Assim, dada às narrativas respectivas destas indagações é que foram traçados os caminhos para melhor compreender o problema dado como hipótese neste trabalho; ou seja, a colonização e a memória coletiva no processo de fundação do município, para compreender os motivos que levaram aos colonos a saírem de suas cidades originárias; conhecer o processo de adaptação deles junto aos que já viviam neste território – indígenas e posseiros. Mas tendo em vista que, havia possibilidade de não ser mencionado nada sobre os que aqui já estavam, busquei estimular a narrativa através das indagações:

- Quando começou o processo de compra das terras em Juína, foi divulgado ou teve algum conhecimento de que haveria indígenas na região?
- Sabendo que Juína tem aproximadamente 60% de terras indígenas, possivelmente já deva ter tido alguma forma de contato com algum destes indivíduos(as); por acaso lembra quando ou como foi a primeira forma interação/visualização/conversaçoão que teve com algum (a) indígena?
- Em dias atuais, há mais interação/visualização/conversaçoão com os indígenas ou poderia dizer que se não é igual e é até menor do que quando estava iniciando Juína?

E ao conhecer a história e analisar as relações sociais desses indivíduos, foi traçado um levantamento dos pioneiros que vivenciaram este momento da formação da cidade e que se encontram com saúde física e mental para narrar este fato. Mas para alcançar a compreensão de um todo coletivo e de uma “memória oficial”, realizou-se um levantamento dos dirigentes e representantes de instituições públicas e/ou privadas fundadas no município no período decorrente; para então assim costurar cronologicamente os elementos constitutivos da memória, ressaltando as memórias subterrâneas, compreendendo a função do não dito, e assim poder entender a construção objetivada pelos discursos narrados. Pois a curiosidade pelos outros e pelo outro, por outras experiências vividas, outros meios e grupos sociais, até mesmo por outras sociedades é – em todos os meios sociais a característica dos bons observadores da vida social (BERTAUX, 2010).

Como já informado, evidentemente o local da pesquisa para esta dissertação foi o município de Juína, dado como prioridade as pessoas que tenham migrado para o território entre 1975 e 1985; e representantes de instituições públicas e privadas com mais de 35 (trinta e cinco) anos em funcionamento no território. Porém, o critério adotado para inclusão do indivíduo como pioneiro colonizador foi saber se o seu nome ou de sua família constavam em registros públicos com tal representação social. No entanto, com a pesquisa de campo, foi percebido que há muitas famílias nas quais se enquadram ao perfil do público-alvo e não eram referenciadas junto ao núcleo hoje urbano mais comumente identificados pelos registros. Por isso, foi através das conversas aleatórias com moradores da região, para além das entrevistas exploratórias, pude, através da técnica bola de neve (BALDIN e MUNHOZ, 2011),

conhecer os habitantes mais antigos da parte rural e periférica do município. Assim, não necessariamente pelos registros oficiais que se deu o reconhecimento de indivíduos ou famílias em igual situação no começo do desenvolvimento do território analisado.

Como segundo critério, em perspectiva do reconhecimento de uma memória tratada como oficial e replicada às novas gerações ou parceiros comerciais de fora do município de Juína, foi ouvido também, para efeito de análise, narrativas provenientes das instituições pública a partir dos seus representantes legais no território, a saber: integrantes do Poder Executivo da Prefeitura, Promotor Público, Diretores da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Casa de Saúde Indígena (CASA). Em relação às instituições privadas, foram ouvidos: presidentes, gestores, proprietários e/ou funcionários. Já nos órgãos das instituições públicas e de acordo com a representatividade designada, foram aceitas as narrativas independentemente da idade; mas para os órgãos privados, somente os indivíduos com mais de 30 anos de atuação comercial na região.

E sob o terceiro critério, pertinente a compreender como a memória é narrada (ou se há conhecimento sobre) o processo para início da cidade de Juína nas instituições de Educação Básica Pública e nas instituições de Educação Básica Privadas. Buscou-se ouvir integrantes aposentados e dos grupos de concursados(as) mais antigos que ainda estiverem na ativa lecionando na rede pública, as Direções das unidades escolares, e ouvir (caso possível) os funcionários mais antigos da unidade de ensino particular que ocuparem os cargos pedagógicos.

Porém, foram excluídas entrevistas, que por alguma razão sofreram correções por terceiros no ambiente durante a narrativa, e as pessoas que tiveram de realizar a narrativa sob a supervisão de algum(a) cônjuge ou de terceiros que estabeleçam relação hierárquica/poder sobre o entrevistado. E no caso das instituições de ensino particular, se a(o) funcionária(o) tiver menos de 40 anos ou não residir em Juína desde antes de 1985.

Cada vez mais as ciências sociais contemporâneas interagem sob a empatia e a intersubjetividade quando se busca uma neutralidade sem a intervenção do sujeito pesquisador no que se refere à intervenção no processo. “Ainda que, a dialética da subjetividade que se expressa em todo ato e relação humana versus a objetividade do que o ser humano produz é um problema epistemológico.” (GUERRIERO e

MINAYO, 2019 p. 302). Tendo em vista que, a história oral dada pela narrativa dos entrevistados possibilita uma investigação dos processos e elementos de tal memória, os critérios dados para distinguir os entrevistados e captar a perspectiva da narrativa foram pontuados pela ordem das entrevistas e destacados respectivamente: Grupo A – Colonizadores/Pioneiros, Grupo B – Instituições: Públicas e Instituições Privadas, e o Grupo C – Unidades Escolares. Exemplos: A1, A2, B3, B4, C5.

E sob uma análise comparativa, a apresentação dos dados consiste na organização de forma sistemática assinalando semelhanças e diferenças e seu inter-relacionamento (GIL, 2011). As observações sob o registro das narrativas permanecerão fidedignas a narrativa gravada, sem alteração por parte do entrevistador. seguido pelo método estabelecido pela história oral do cotidiano relatado ao momento respectivo, no qual gerou um resultado e material auditável; que nos possibilita avaliar o impacto social do processo de colonização naquele período, os elementos constitutivos ainda vivos nas memórias. Permitindo identificar se há molduras que enquadram tal cenário, permitindo dar plena divulgação aos participantes e demais público quanto a proposta, dados e análises deste pesquisador.

Contudo, após ir a campo e realizar as entrevistas foi necessário apontar os limites da categoria do público-alvo, os pioneiros. Visto que Bao (2017) se pôs a analisar justamente o discurso do “pioneiro colonizador” de uma cidade paranaense, e que corrobora com a mesma cultura discursiva deste grupo nas três unidades federativas da região sul do país por um século. Assim, nos permitiu não só delimitar a identificação dos limites deste grupo focal nesta dissertação, mas também, entender o propósito sociocultural subliminar na aplicação deste termo ao grupo.

Com base nos estudos do elitismo e da perspectiva da sociologia do poder, Bao (2017) sugere que o discurso do pioneirismo gera uma espécie de elite que se manifesta em termos culturais, embora também mantenha relações com as esferas políticas e econômicas. Contudo, para compreensão da manifestação do discurso do pioneirismo Bao (ibid) aponta que se além ao aspecto cultural, e que nesta esfera é possível observar o mecanismo de identificação engendrar uma lógica da “identidade contrastiva” e concomitantemente relações sociais pautadas num *ethos* – conjunto de valores, práticas, normas, usos e costumes sociais que tendem a definir as características de determinado contingente populacional.

Nas palavras de Bao (ibid): “Há um arranjo discursivo montado no sentido de enaltecer, publicizar e propagar o imaginário de uma suposta odisseia dos ‘colonizadores pioneiros’. Um exemplo é o ‘Memorial do Pioneiro’” (p.144) Ainda aponta que sob esta demanda instigou disputas em torno de “quem é” e “quem não é” do grupo de pioneiros do município sulista. Tão logo, cabe a reflexão de um futuro próximo vir ser gerada tal situação em Juína-MT e conseqüentemente reforçar a dualidade do “nós” (estabelecidos) e dos “outros” (*outsiders*) que já se faz presente atualmente de modo implícito.

Sendo assim, cabe o registro de que houve entrevistas iniciais com os moradores mais antigos nos distritos rurais devido a indicações que são permitidas sob o método bola de neve e que os não foram registrados até a presente data no grupo de pioneiros do projeto audiovisual no portal virtual que disponibiliza livremente suas entrevistas com o grupo focal proposto. Doravante, esta pesquisa segue seu desenvolvimento sociológico sob apontamentos de respectivos teóricos que se fazem pertinentes a compreensão científica e/ou conceitual das ações, narrativas e fatos oriundos das memórias apresentadas.

2. COABITAÇÃO E FRONTEIRA, A ESTEIRA DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Neste capítulo é que se começa a apresentar o que foi apurado quanto os elementos constitutivos da memória do processo de colonização dos pioneiros de Juína-MT. Visto que, tanto por narrativas quanto por impressões devido a imersão na cidade pesquisada, é que se adotou esta proposta de escrita, em que parte de um georreferenciamento; segue uma contextualização histórica, em que elementos narrados configuram um cenário que nos permitirá impressões coerentes com o objeto aqui tratado.

Juína é uma cidade brasileira, localizada na região centro oeste do país e noroeste no estado do Mato Grosso, tem suas coordenadas geográficas em latitude 11°22'42" Sul e longitude 58°44'28" Oeste; com uma área total de 26.251,276km² vem a ter Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Comodoro, Sapezal e Vilhena como municípios limítrofes. Apesar de localizar-se a 720 km da capital Cuiabá, sua localização é privilegiada, tornou-se pólo regional dos municípios do Vale do Juruena: Aripuanã, Castanheira, Conilza, Contriguaçu, Juína, Juruena.

Segundo a estimativa do censo (IBGE, 2012), em 2021 havia em torno de 41.101 habitantes, destes 31.878 são eleitores devidamente registrados⁶; visto que, a população é composta por 51,3% de homens e 48,7% de mulheres. Detém de um IDHM considerado alto em 0,716 (em 2010), sendo R\$ 25.195,72 (em 2018) o PIB per capita, respectivo ao município. Contudo, com média de 20% de toda população analfabeta, é a população feminina que compõe maior número deste percentual e o de fundamental incompleto; porém, também são as mulheres a maior parcela no percentual de escolaridade de nível médio e de nível superior. E que se constitui com as religiões católicas e evangélicas seu maior contingente de adeptos e de igrejas na cidade⁷; consta que católica possui quase o dobro de adeptos que os evangélicos, mas se visto por templos religiosos quase que se igualam ou com pequena maioria para as igrejas evangélicas.

⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/juina.ghtml>>. Acessado em: 04/12/2021.

⁷ Disponível em: < https://populacao.net.br/populacao-juina_mt.html > Acessado em: 04/12/2021.

Figura 1: Localização de Juína - Mato Grosso, Brasil.



Fonte: Matro Grosso MesomicroMunicip.svg - ABREU, 2006.

Figura 2: Limites, localização no mapa do Estado e vias de acesso de Juína



Fonte: <https://portalmatogrosso.com.brmapa-domunicipio-60/> . Publicado em 2008.

2.1. POVOS E TERRAS

Juína foi planejada pela necessidade de criar uma ligação entre a cidade de Aripuanã-MT a Vilhena em Rondônia, devido a demanda do Governo Federal quanto a povoar e desenvolver a economia através da construção da rodovia AR-1 (atual MT-174) que veio a fazer a ligação rodoviária entre os estados. O município fica a 720km da capital Cuiabá, com clima tropical predominante que deixa duas estações climáticas bem definidas, período da seca e período das chuvas, para sua população; dos seus 26.190km², 60% do território é pertencente a reservas indígenas; tem um relevo que alcança a altitude de 442m do nível do mar, e segue o fuso horário de Manaus (UCT-4).

Sob os termos da Lei Complementar nº 1, de 09.11.69, o Município de Juína fora previsto sua emancipação para o dia 31 de janeiro de 1983, com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores a serem eleitos a 15 de novembro de 1982; como previa a LEI Nº 4.456, DE 09 de maio de 1982. (ALMT, 1982) Porém, para que chegasse a esse ponto, o projeto que fora elaborado em 1977 e teve aprovação no ano seguinte pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); que promoveu a colonização em Juína em meados de 1978, enquanto os trabalhos da construção da estrada já estavam veementes desde 1976.

Para compreensão do ocorrido neste desenvolvimento, coloca-se uma lente interseccional nos fatos e um georreferenciamento ao leitor do impacto de tais fatos. A reunião que oficializou este processo fora realizada em um hotel “público” criado em Fontanilhas para reuniões políticas e lazer dos políticos para quando estivessem na região; mas cabe ressaltar que este distrito antes pertencente a Aripuanã, também fora povoado por indígenas, e mais precisamente é o outro lado da margem do rio que divide Juína das Terras Indígenas Rikbaktsa. E que na outra ponta do território municipal, com as obras da AR-1 que se destinava ao centro urbano planejado para crescer em meio a selva, precisou abrir as matas nos territórios e afastar os indígenas que por ali estavam; visto que, o projeto cruzou a Terra Indígena dos Enawenê Nawê, que antes do genocídio fora habitada pelos povos Cinta Largas nas proximidades.

Segundo o Relatório de Figueiredo (BRASIL, 1967), houve um extermínio de povos indígenas através de lançamento de dinamites atiradas de um avião, e estricnina⁸ adicionada ao açúcar; enquanto os mateiros indígenas saíam em função, os capangas contratados os caçaram à tiros de metralhadora e os racharam vivos, à facão, do púbis / para cabeça. Após o genocídio físico, a dominação do território que é a base de subsistência e está intimamente ligado à sua vida espiritual (...), inicia o segundo genocídio ao “tirar-lhes esse espaço é destruí-los como povos.” (SANTOS, 2018). O filme “O Massacre do Paralelo 11”, que traz uma referência direta as coordenadas geomorfológicas⁹ onde se deu o processo de desenvolvimento da cidade objeto deste estudo; retrata claramente quanto a dispersão desta aldeia, a transferência de populações e as ações que induziram a morte de indígenas. Tendo em vista que, a presença indígena era um empecilho para a integração econômica, a expansão dos projetos agropecuários, abertura de estradas, garimpo, construção de barragens e hidrelétricas (SANTOS, 2015).

A etnia Cinta Larga, teve grande parte do seu povo exterminado conforme retratado no filme “Paralelo 11”, e assim levou-se um paradoxo cruel dado então modernidade proposta pelo não indígena: passar por privações mesmo habitando numa terra tão vasta e riquíssima. Apesar do grupo não se autodenominar, devido a convivência com não indígenas e regionais, a FUNAI¹⁰ adotou o designativo genérico Cinta Larga para se reportar a esta etnia. Visto que, pelo fato deste grupo étnico vestir uma cinta larga de entrecasca de árvore Tauri envolta da cintura é que os não indígenas os nomearam de tal forma. Porém, “os Cinta Largas são enfáticos ao dizer: ‘-A gente não chama, nome quem dá é os outros’. Em outras palavras, parece ser preciso um outro para nomear esse Nós, aquele que, sendo exterior, delimita/designa o seu contrário” (CARDOZO, 2016. p. 12).

Os Cinta Largas se organizam em Clãs e mediante a um jogo de pressões, omissões e principalmente concessões a interesses de ordem econômica no tabuleiro político das autarquias e empresas públicas em meados de 1990, que seu território é dividido; estão distribuídos em sete aldeias no Parque Indígena Aripuanã, em nove

⁸ Sintetizada no início do século 19, a **estricnina** é um pó usado como pesticida para matar ratos. O envenenamento gera convulsões, espasmos musculares e morte por asfixia.

⁹ Disponível em: [Geomorfologia - 1:250.0000 - MIR 316 / MIR 317 \(seplan.mt.gov.br\)](http://seplan.mt.gov.br)

¹⁰ Fundação Nacional do Índio

aldeias na Terra Indígena Aripuanã e quatro aldeias na Terra Indígena Serra Morena. Tendo em vista que, em 1969 constava cerca de 02 mil pessoas deste povo, em 1981 se registrava cerca de 500 integrantes; e no início dos anos 2000 estimava-se cerca de 1300 habitantes desta etnia. Contudo, após o contato com a FUNAI e mediante a aglutinação de casas de famílias nucleares entorno dos postos indígenas, as relações se tornaram instáveis com os invasores do território – madeireiros, garimpeiros e outros intrusos – com quais muitas vezes o grupo mantém relações de troca.

Com isso, quando não há consenso interno no Clã quanto às relações comerciais é que costumam ocorrer novas cisões; levando o dinheiro obtido em áreas abertas para extração de madeira, ouro e diamantes arrendados no território indígena, serem revertidos na região mais próxima por lideranças do grupo indígena, também ao facilitarem jovens casados manterem casas e criarem um laço conjugal com uma pessoa não-indígena.¹¹ Assim, a modernidade trazida pelo capitalismo corrói a liderança e a tradição, cada vez mais possibilita ser minada por dentro do próprio grupo; já que o indivíduo que tem ganhos no arrendamento das terras indígenas é afetado pelo desencaixe de tempo-espço pela lógica de Anthony Giddens (1991) ao ficar indo e vindo da aldeia para cidade e vice versa.

Em 1974 os Jesuítas foram os primeiros a ter contato com os povos Enawenê Nawê e apenas em 1983 que sua autodenominação original fora descoberta; tendo em vista que, é um povo da família linguística Aruak e que de nada assemelha-se ao Macro-Tupi falado pelos Cinta-Larga. “Enawenê Nawê” é um composto, em que “enawene” poderia ser traduzido como povo ou gente; e “nawe” como um coletivo no sentido de um conjunto de pessoas (SOUZA, 2011 p.25). Mas não só a língua que contribuiu para o distanciamento deste povo, mas também pelo fato de serem considerados feiticeiros, saqueadores e por não serem envolvidos na complexa teia marcada por trocas matrimoniais comuns aos outros povos da região (ALMEIDA, 2015).

Este grupo étnico tem reconhecimento de patrimônio imaterial da humanidade dado pela UNESCO devido a seu ritual Yaokwa, que tem duração de sete meses e tem como marca a saída dos homens para uma pesca coletiva de barragem¹²; uma

¹¹ Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Cinta_larga>. Acessado em: 04/12/2021.

¹² Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/74>>. Acessado em: 04/12/2021.

tradição que os organiza sob uma gestão sociopolítica do cosmos, desde distintos níveis de relação social dos membros presentes até as legiões de espíritos que compõem os seus nove clãs. Apesar de seu isolamento, por algum momento, ter tido uma importância em relação à prevenção de doenças durante o período de colonização da cidade, construída próxima ao seu território, também com modernidade e a burocracia pertinente às políticas públicas indigenistas, os deixaram desamparados e os levando reivindicações que não foram bem-vistas pela população não indígenas.

O relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2017 reflete uma realidade de absoluta insegurança jurídica no que tange aos direitos individuais e coletivos dos indígenas (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2017). Legitimado pelo governo Federal deste período, houve uma política implementada para aniquilar direitos, o modo de ser dos povos e suas perspectivas de vida e de futuro. Inclusive o mesmo relatório aponta casos de racismo e discriminações étnicos culturais à comunidade Enawenê-nawê após a reivindicação de uma área chamada Ponte Preta; a população não indígena do município de Juína impede os indígenas deste povo de frequentarem a cidade. Como tempos atrás tudo que este grupo precisava para realização de seus cerimoniais já estavam ao alcance em meio a floresta, com relativas limitações impostas por conflitos com outros grupos indígenas e a degradação gradativa mais recentemente com a aproximação de frentes colonizadoras, os colocaram em alerta quanto ao nível de segurança de alguns destes recursos e em posição de mediação/negociação com não indígenas para manutenção de seus rituais de harmonização do ambiente junto ao cosmos (ALMEIDA, 2015).

Apesar de suas atuais terras estarem no outro lado do rio Juruena e pertencerem a outro município, o povo Rikbaktsa tem grande participação no território juinense antes e depois da colonização; sua autodenominação do grupo significa “os seres humanos”. Visto que, este povo foi tido por serem exímios guerreiros e terem grande habilidade no uso de canoas, também são chamados de “canoeiros” ou “orelhas de pau” devido a um adereço cultural, foram eles que dominaram grande parte do território que hoje é Juína. Estes guerreiros opuseram resistência armada aos seringueiros até o início da década de 1960, e estes primeiros invasores vieram financiar uma pacificação a ser realizada pelos jesuítas, que através da religião inseriram a língua portuguesa neste povo e pacificar o território para entrada de

diversas frentes pioneiras – de extração de borracha, madeiras, mineradoras e agropecuárias. Contudo, por terem tido crianças e jovens tornando seu povo bilíngue à época, contribuiu aos mais velhos compreenderem ao ponto de se organizarem para ainda hoje imporem respeito à população regional por sua persistência na defesa de seus direitos, território e modo de vida.¹³

Por terem passado por uma despovoação devido aos conflitos em resistência na defesa de seu território, as lideranças do povo Rikbaktsa se atentaram e procuraram assegurar suas histórias, tanto no processo de transmissão para as novas gerações nas aldeias quanto para a necessidade de produzir registros que circulassem em meios acadêmicos e entre pesquisadores. Para tanto, foi construído a “Biblioca Nelson Mutzie”, a primeira biblioteca comunitária indígena criada no Mato Grosso. Esta biblioteca assumiu uma grande importância para o registro e transmissão da história desse povo, assim para a história do território em questão levando em conta dois pontos importantes: promoção da memória indígena frente ao estado nacional; e a possibilidade de autonomia deste grupo ao estabelecer a condição de possibilidade de ponto turístico como espaço cultural.¹⁴

A apresentação destes três povos se deu necessariamente nesta ordem para compreensão do processo diacrônico que constitui a memória histórica da ocupação deste território hoje chamado Juína. Pois estas terras esquecidas vieram a serem lembradas pelo Poder Público a partir do momento que se viu a necessidade de consolidar um ideal pátrio com o lema: “Integrar para não entregar.” Contextualizar tais ações pelos aspectos sociopolíticos, são cabíveis de enquadramento jurídico filosófico a “fricção interétnica”¹⁵ (OLIVEIRA, 1972); pois sob alteridade e arbitrariedade em nome de um Estado, de um Projeto, e de ganhos financeiros induziu-se mudanças culturais dos povos nativos. Haja visto que, as relações não podem ser vistas meramente como transmissão consensual de elementos de cultura, mas sim como um processo conflitivo na essência que envolve muitas vezes interesses e valores contraditórios (OLIVEIRA, 1986); o que nos leva a percepção do

¹³ Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Rikbaktsá>>. Acessado em: 04/12/2021

¹⁴ Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/julie-dorrigo/2021/03/10/biblioteca-oca-nao-biblioca.htm>>. Acessado em: 04/12/2021.

¹⁵ Oliveira (1996) traz a noção quanto a um sistema que permite a existência de níveis de operação interétnico – econômico, social e o político – no qual se criam dependências mútuas entre atores sociais pertencentes a diferentes grupos étnicos (indígenas e não indígenas).

desenvolvimento de um sistema interétnico seguindo a perspectiva de Roberto Cardoso de Oliveira, formado por estas populações indígenas e não indígenas, que seguem “dialeticamente ‘unificadas’ através de interesses diametralmente opostos, ainda que interdependentes, por paradoxal que pareça.” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1962 p. 84 apud OLIVEIRA 1986, p.4)

Tão logo, faz-se indispensável observar a análise da condição econômica do colono como imprescindível ao critério de seleção social, e do uso de cancelas / correntões com sentinelas armados, como dispositivo de coerção caracterizando um poder simbólico, claramente com propósito de intimidação para afastar quem não era bem-vindo; em uma demonstração de quem dava comando e mantinha a ordem/poder naquele lugar (PEREIRA SANTI, 2016). Tanto que, tal poder se evidencia quando observado o passado através das mercadorias e equipamentos dos não indígenas nos quais alguns dos povos indígenas foram levados a consumir; e em tempo presente, a necessidade de articulação/permissão dos indígenas com os não indígenas para autorização do desenvolvimento econômico pelo turismo ou persistir com a resistência cultural aos moldes dos não indígenas.

Apesar do episódio do “massacre do paralelo 11” ter sido o mais popular por ter atingido proporções internacionais em meados da década de 1960, o professor Júlio César dos Santos (2015) apresenta que um ex-funcionário da empresa seringalista Arruda & Junqueira, deu seu relato sobre tal empresa ter organizado expedições com finalidade letal aos indígenas que estivessem no território desejado para extração comercial. Contudo, uma liderança Rikbaktsa em uma entrevista revelou que vivenciou momentos marcantes durante o período de invasão territorial e viu sua etnia em declínio com as mortes provocadas pelos embates e epidemias (REIS e FRANÇA, 2012. p. 233). E ainda recorda que durante a resistência armada dos Rikbaktsa (1952/1962) teve mortes que não se tomava conhecimento devido a extensão do território, comumente ocorridos durante o período de estiagem, justamente quando expedições de índios e seringueiros circulavam pela mata em busca de meios de sobrevivência. (ibid)

É curioso notar que um dos primeiros registros de morte na região mostra ataque de indígenas contra seringueiros, quando, em verdade, está teria sido uma contrapartida da violência e assassinatos

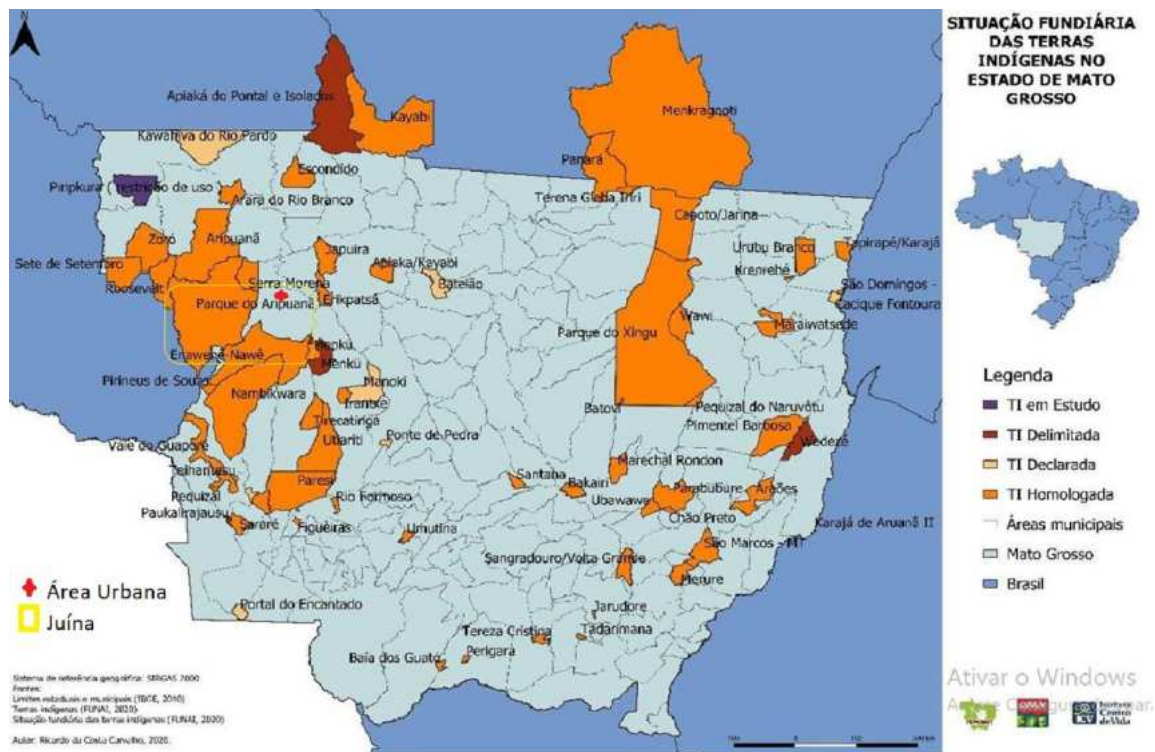
promovidos inicialmente, pela política de expansão da seringa encabeçada pelos seringueiros. Isso foi uma resposta a morte de muitos índios que já vinham acontecendo na região. (PIRES, 2009, p.27 apud REIS e FRANÇA, 2012, p. 237).

Sob essa inversão de papéis, da vítima ser o agressor, é que nos cabe a mencionar a conjuntura política federal que refletia em todas as organizações do Governo, desde a escolha de seus funcionários quanto à postura moral exercida por eles. Tanto que no Serviço de Proteção ao Indígena – SPI, no relatório de Figueiredo, descreve-se que quem era para proteger fazia ao contrário: “(...) cometeram torturas, atrocidades e nem consideravam o indígena como pessoa humana”. (BRASIL, 1967) Contudo, após as denúncias e processos institucionais quanto a gravidade do ocorrido, a SPI criada em 1910 apesar dos diferentes formatos operou até 1967; vindo a ser substituída pela Fundação Nacional do índio – FUNAI, a qual ficou responsável pela promoção e proteção aos direitos indígenas de todo território nacional.

Ao refletir tal situação relatada por Pires (2009, p.27 apud REIS e FRANÇA, 2012, p. 237) pela lógica de Ricœur (2007), podemos compreender que tais registros se dão pelas narrativas daqueles que já dominavam a língua portuguesa. Sendo assim, a dualidade da narrativa está intimamente ligada a memória do próprio acontecimento sob a perspectiva do processo histórico dos que decodificam a informação do jeito que lhes convieram. Por isso, em Pollak (1989) é possível observar que o enquadramento de memórias desse tipo faz dos atores envolvidos as próprias testemunhas no que se refere aos componentes da memória; e que os elementos no relato visto, põem os indígenas e a floresta como os errados na constituição da memória coletiva do grupo.

Contudo, Oliveira (1996) escreve em seus estudos que em exemplo do processo de expansão da sociedade brasileira sobre os territórios tribais (indígenas), a fricção interétnica se dá mediante a situação de contato. Visto que, a assentada na ideia básica de oposição a ordem tribal e a ordem nacional, é a área de significação econômica que faz as fronteiras o palco das lutas para domesticação dos indígenas. Porém, mediante as formas de contato não terem sido uniformemente em todos os povos, cabe a reflexão quanto a dependência dos indígenas e a empresa (FUNAI) em um sistema social capitalista.

Figura 3: Situação fundiária das terras indígenas no Mato Grosso



Fonte: www.icv.org.br . Publicado em 29/04/2020. ¹⁶

2.2. LOTEAMENTO DA MATA, DO DISTRITO A CIDADE

O Projeto Juína trazia em seu planejamento a abertura de quatro áreas urbanas modulares, setorização de chácaras para pequenos agricultores, e um pouco mais distantes as maiores áreas para extrativismo, inicialmente, e posteriormente para plantio ou pecuária. Contudo, de acordo com os relatos de todos os pioneiros e pioneiras entrevistados, não foi bem assim que aconteceu já na chegada na cidade. Pois além dos relatos de muitas horas até dias de viagens devido as condições da estrada, a cidade inicialmente só dispunha de uma avenida aberta e a área do módulo 1 derrubada; ficando a encargo dos que iam chegando a continuarem a labuta da limpeza de suas terras para enfim terem onde morar, plantar e viver.

¹⁶ Inclusão da legenda do território de Juína e sua área urbana feita por este autor.

A empresa colonizadora viera divulgar na rádio amazônica e em rádios sulistas, e justificara ter feito um chamamento nacional para as oportunidades que Juína viria oferecer. Mas relatado por grande parte dos pioneiros colonizadores, a maioria era oriunda do Paraná e quase a totalidade dos primeiros moradores eram oriundos da região sul; e identificado dentre as entrevistas deste público, que pouquíssimas famílias vieram do próprio Mato Grosso (ou do atual Mato Grosso do Sul) ou de estados fronteiriços, que dos que não vieram da região sul foram informados por pessoas oriundas de lá.

Figura 4: Loteamento em meio a floresta.



Fonte: Instituto Raízes – História de Juína.

Como em foi criado o distrito de Juína que administrativamente pertencia ao município de Aripuanã, teve um subprefeito que prontamente executou o recolhimento de assinaturas necessárias para o requerimento de emancipação junto à Assembleia Legislativa; e que em nove de maio de 1982 o Governador Frederico Carlos Soares Campos aprovou a emancipação, dando plenos direitos políticos administrativos a Juína seguir seu curso de modernidade na história. Segundo Lídio Ioris (2009), ficou evidenciado pelo Governador, que discursou no palanque assistido por deputados, prefeitos e outras autoridades civis, militares e eclesiásticas, o sucesso da limpeza étnica no território; e ainda no discurso revelou sua impressão de estar em um país estrangeiro, devido à população jovem de olhos azuis. Justificando um orgulho de

governar a migrantes ordeiros, trabalhadores que chegaram para desbravar e enriquecer o Mato Grosso.

Visto que, o processo de ataque e retirada dos indígenas do território desejado para a ordenação do território aos moldes planejados não só nas demarcações, mas também no perfil do povo que ali iria se instalar, é que nos leva a analisar não só o propósito da seleção do projeto, mas também o discurso proferido pelo Governador. Com isso, ao compreender que o discurso é tudo aquilo que tem/gera um significado, e que articulam-se palavras e ações individuais/coletivas, proporcionando a inteligibilidade de/para uma realidade; é que se configura uma prática discursiva e permite assim uma análise das ações empreendidas por sujeitos, grupos sociais e/ou instituições. Contudo, de acordo com Mendonça (2009), partindo de obras de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, afirma que a realidade a ser observada é complexa e não é possível compreendê-la apenas por uma nuance.

Figura 5: Juína, distrito de Aripuanã



Fonte: <https://www.metrofmjuina.com.br/pioneiro/91/eugenio-e-sonia-chinikoski>. Acesso em: 31/07/2022.

Se observado separadamente o discurso da ação, ao pensar no discurso proferido pelo Governador, nos remete a percepção latente do elemento constitutivo da colonialidade de poder (QUIJANO, 2005), em que há pensamentos ideológicos incutidos sob uma dita memória coletiva de base eurocêntrica. Não por acaso, os escritos de Bao quanto ao pioneiro colonizador foram pertinentes, pois apesarem de serem sulistas em sua maioria os que em Juína chegaram, também traziam descendência europeia:

“Além de estabelecer uma temporalidade específica sobre determinados espaços – e hierarquias entre os grupos que o constituem –, tal discurso invisibiliza, na narrativa histórica e no espaço social, outros grupos que já ocupavam os locais de implantação das colônias de imigrantes europeus antes do povoamento racionalista, contribuindo para a instituição de um *ethos* específico no local voltado para valores como “trabalho” (privado), “progresso” (moderno), “família” (patriarcal) e “religiosidade” (cristã) (BAO, 2017 p.142).

Haja visto que, a ideologia e hegemonia junto ao debate do social e da política, propicia analisar as relações de Poder, em que se visto em Laclau (2013), permite compreender que o poder hegemônico é o início e não o fim como na teoria gramsciana. Sendo assim, as narrativas étnico-raciais entre dominantes e dominados, põem os indígenas ao legado obscuro e explicitamente antagônico ao desejado pelo Estado; justamente o que alerta Boaventura de Souza Santos (2010) ao se referir sobre a ideia de “pensamento abissal”, no qual um abismo que se coloca entre o pensamento dos colonizadores e colonizados quando se manifesta. Ao ver um antagonismo criado através da diferença, permite a observância de um processo identitário dado por esse tipo de relação; tão logo, a construção política do nós x eles podem ser caracterizados por cada indivíduo ao pensar na microssociologia que lhes dá a percepção do “Eu e o Outro” para balizar os traços da identidade social do território.

Contudo, se visto o processo de seleção pelo viés econômico no qual a CODEMAT priorizou, podemos levar a reflexão no viés da macrossociologia ao observar a relação do “Eu e o Sistema Social” que Hall (2015) aborda ao categorizar o nascimento e morte do sujeito; tendo em vista que, uma vez que o sujeito nasceu e

tem uma história, pode ele mudá-la e sob circunstâncias de fato, justifica-se que há sua morte ao se tornar um mero objeto/coisa na engrenagem do sistema. Em vista que, o desenvolvimento econômico dado por um estilo liberal de mercado, promovem competições contínuas que despertam na população o interesse e a esperança dada pelos concorrentes – ao pleito político e de mercado – em face de uma prosperidade local. Porém, se visto por Weber esse mundo moderno tão paradoxal, onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais (GIDDENS, 2000 p. 13); ou como Giddens (2000) diz ser pela nova ordem social emergente ser capitalista, nos faz observar que a produção agrária que segue pela demanda de mercados de escopo nacional ou internacional, não apenas por produção de bens materiais, mas também como a força de trabalho humano torna-se mercadoria; e que faz valer também a reflexão de Aihwa Ong (2006), quanto a vida nua de Giorgio Agamben, no que se referem à construção de uma soberania que aparentemente baseada na exclusão dos humanos não considerados modernos, em que oscila em dois polos de exclusão e inclusão. Assim, é possível compreender que os colonos (e indígenas) apesar de inaptos aos olhos da modernidade, são integrantes da engrenagem neoliberal para um alinhamento específico de racionalidade de mercado em que dependeria mutuamente de ambientes distintos de trabalho e a vida à beira da emergência (ONG, 2006).

Em quase todas os relatos dados nas entrevistas os pioneiros afirmam que no início foi bem difícil devido à falta de itens antes da migração comuns a eles tanto nos mercados urbanos como em seus sítios na região sul. Houveram entrevistas que apontaram quanto a dificuldade para o consumo de água, tendo de caminharem longas distâncias e outros irem de caminhonete buscar em postos de abastecimentos instalados pela CODEMAT; ou irem até a mina de água que se localiza (atualmente fechado e murada por ser em terreno de propriedade privada) no módulo II, onde lavavam suas roupas e levavam água em recipientes para consumo doméstico. Porém, há também aqueles que ficaram à beira da emergência por conta da falta dos subsídios prometidos pelo governo para o plantio e cultivo da agricultura; devido ao solo e clima serem diferentes dos quais os migrantes vieram, suas técnicas e em alguns casos sementes não se adaptaram como previsto. Assim, deixando algumas tantas famílias em situação complicada financeiramente, dependentes da

solidariedade dos demais pioneiros ou da caça que lhes fornecia carne; já que carne bovina ou suína só se tinha na cidade nos finais de semana quando vinham de Vilhena-RO.

Ao citar estes depoimentos, cabe observar pela perspectiva de Stuart Hall (2015) estes migrantes, pois devemos considerá-los sujeitos sociológicos; haja visto que, quando cada uma passa por suas dificuldades mediante aos percalços do Governo Militar em relação ao incentivo à agricultura, são postos na relação do “Eu” e o Sistema Social na ótica macrossociológica. Contudo, também ao se organizarem em comunidade, gerou a sociedade a partir das situações limites que foram impostas, caracterizando o “Eu” em diferentes situações sociais, legitimando o pensamento de Erving Goffman (HALL, 2015).

Moraes Filho, partindo de Simmel, afirma que *“a competição moderna é descrita como a luta de todos contra todos, mas ao mesmo tempo é a luta de todos para todos.”* (MORAES FILHO, 1983 p.139). Tal observação se tornou necessária devido ao relato de Lídio Ioris (2009) quanto às obrigações do colono junto ao projeto Juína, pois por ordem burocrática tinha diretrizes que deveriam ser cumpridas frente às obrigações de responsabilidade da colonizadora para o desenvolvimento do território. O autor ainda aponta que os colonos serviram de “cobaias” para experimentos de cultivo trazidos de sua terra natal e tal como sua mão de obra; mas que sem conhecimento e suporte técnico quanto às condições do solo e do ambiente, sem novas mudas e insumos como prometido pela colonizadora, perderam muito tempo e dinheiro, sentindo-se frustrados e desanimados.

Assim, cabe refletir sob a perspectiva do antagonismo como elemento de socialização dado por Simmel (1967 apud MORAES FILHO, 1983), ao descrever quanto apesar de antagônicas os interesses nas interações sociais, geram benefício a terceiros; mas também cabe junto à visão de Weber - sob a opressão quanto expansão da burocracia que os esmagava - (GIDDENS, 2000). Pois tais ideias representado no pensamento do colono, cristaliza-se de que os fizeram vir na frente preparar o caminho para os pecuaristas, madeireiros, comerciantes, produzindo alimentos, abrindo a mata e sem os gerar riquezas (IORIS, 2009 p.97). E que Ioris (ibid) segue relatando que os bem-sucedidos, os apadrinhados ou “nata da sociedade” como os chama, já vindo depois com a visão das coisas e com tudo planejado, não

encontraram dificuldades; e ainda estabeleceram uma classe hegemônica, que recebiam maior atenção dos poderes políticos e por instituições bancárias no trato burocrático na facilidade de receber financiamentos. Logo, Ioris (2009, p.97) complementa que a – elite da sociedade - que “se reúnem em entidades ditas de serviço, promovem jantares, distribuem cestas básicas para pessoas carentes, contribuem em eventos sociais e humanitários com doações de materiais e monetárias, oferecem empregos”; formalizando assim o cenário sob ótica de Ong (2006) em que colonos (e indígenas) à beira da emergência constituem a interdependência junto a uma burguesia elitista liberal que prospera.

2.3. FRONTEIRAS DA MATA

Ulf Hannerz (1997) em seus escritos sobre fronteiras aponta alguns conceitos sobre o tema que nos fazem pertinentes a refletir, pois se visto basicamente por metáforas geográficas, nos dá noção de limites e mais específicos em regiões nas quais gradualmente uma coisa se transforma em outra. Contudo, o autor cita na perspectiva histórica de um autor norte americano, no qual para ele a fronteira está relacionada a expansão e associa-se ao período a uma região de oportunidades, terras selvagens que se transformam em terras livres, onde pioneiros eram independentes, mas também podiam se unir. Porém, ainda nos apresenta a perspectiva de dois antropólogos que estudam a mesma região no EUA e a questão da fronteira, mas um deles traz a perspectiva da “fronteira política” e outro numa perspectiva poética (e, por tanto, mais metafórica).

Dentre os conceitos de fronteira trazidos por Hannerz (ibid), é pertinente iniciarmos com a propriamente dita, no sentido geográfico. Haja visto que, cruzar de Vilhena em Rondônia até Aripuanã já no Mato Grosso é uma extensão quilométrica e que perpassa por diversos territórios que já dispunham de suas fronteiras invisíveis, mesmo que políticas de um sistema social indígena. Contudo, com a chegada da modernidade sob os olhos do desenvolvimentismo, o que era invisível em meio a selva virou outra coisa para os não indígenas; inicialmente uma estrada que dividiu áreas indígenas e posteriormente uma cidade que estabeleceu limites na selva, de áreas

rurais e posteriormente um centro urbano. Todavia, em todas as entrevistas realizadas e as pesquisadas, os pioneiros colonizadores dão maior ênfase no que seria a fronteira sob a perspectiva da expansão e das oportunidades em medida que as terras selvagens viraram terras livres¹⁷.

Apesar de, as terras indígenas do Parque Aripuanã já estarem demarcadas e protocoladas junto ao Executivo Federal, por meio do Decreto nº 64.860 de 23 de julho de 1969 (BRASIL), teve a estrada AR-1 cortando respectivo trecho pertinente para ligação de Rondônia a Aripuanã. Porém, estipulado os limites do Projeto Juína e o público desejado para povoar, a empresa colonizadora instalou cancelas com correntões nas estradas que vinham dar acesso dos “selecionados”¹⁸ a desbravar, desmatar, construir e desenvolver uma cidade em meio a selva amazônica. Tanto que, a pioneira Maria Carleuza do Nascimento deixa claro que havia uma barreira da colonizadora na altura do rio Juíinha, “*Só passava quem eles queriam.*”¹⁹ E reforçando o controle de fronteiras, outra pioneira, Salete Bergamin, diz que na época se tinha de apresentar uma carta de idoneidade emitida pela polícia²⁰; já outros pioneiros sinalizaram de que houveram episódios de famílias chegarem nas cancelas e não terem passado no escritório da colonizadora em Vilhena-RO para pegar a carta de autorização, obrigando o chefe da família deixar a família abrigada/acampada no entorno da cancela e ir pegar a estrada para ir buscar a autorização impressa.

Contudo, cabe retomar a fala de A6, um dos moradores mais antigos do distrito de Fontanilhas, que anteriormente foi por onde começou o processo de desenvolvimento da cidade até a abertura do que veio a ser o centro urbano; pois ele menciona que antes das divisões dos lotes na vila do distrito, era tudo uma só fazenda e que os indígenas precisaram ser amansados pelo dono da fazenda para que respeitassem os limites das terras indígenas e as cercas da fazenda.

¹⁷ Observa-se que as terras selvagens virarem terras livres acompanha a perspectiva de derrubada da mata para plantio. Mas de modo implícito sob minha perspectiva, há consciência da tomada de terras de indígenas para livre comercialização de lotes, madeiras e tudo mais que for possível converter em dinheiro.

¹⁸ A CODEMAT criou critérios socioeconômicos para selecionar migrantes que viriam ser os pioneiros.

¹⁹ Disponível em: <https://www.metrofmjuina.com.br/pioneiro/97/maria-carleuza-do-nascimento>. Último acesso em: 01/08/2022

²⁰ Disponível em: <https://www.metrofmjuina.com.br/pioneiro/49/jose-ferreira-lima-junior-e-elzira-salete-bergamin-lima>. Último acesso em: 01/08/2022.

“A luta pela ‘domesticação’ dos Tukunas pelos seringalistas não deve ter sido muito diferente das ações do mesmo tipo levadas a feito em outras áreas da Amazônia. Desde a persuasão pelas mercadorias oferecidas (sempre em troca de trabalho ou de bens) até os castigos físicos, destacando-se à palmatória, como instrumento que sobrevive até os nossos dias.” (OLIVEIRA, 1996, p. 76).

Segundo Gramsci (1989) em seu pensamento de dominação de uma classe (aqui na citação, um grupo) na perspectiva do pensamento de Karl Marx, nos faz perceber como o conjunto de dominação de uma sociedade exige mais do que a simples coerção pelo uso ou ameaça da violência; a classe ou grupos populares precisam ser permanentemente domesticados. Seguindo esta ótica, cabe ressaltar a condição de subcidadania que estes indígenas são postos. Haja visto que, tal condição está ligada não apenas a marginalização ao longo da história nacional, mas a reprodução e manutenção destas estratégias a indivíduos à margem de uma ordem produtiva objetiva, moderna, que se enquadre aos moldes e valores capitalistas dos colonizadores ou detentores do capital. (SOUZA, 2003)

Assim, também é de se apontar sobre a entrevista dos pioneiros da Família Zan²¹, quanto as terras (próximas) do Rio Preto, um território mais distante do que o planejado pelo Projeto Juína, que houve invasões de grilagem desde o início. Pois os que ali chegavam, tinham de ir à INTERMAT²² em Cuiabá para legalizar estas terras por ainda pertencerem ao Estado. Porém, se observado no mapa nos dias de hoje, é um território explorado entre a Estação Ecológica do Iquê (área dos Enawenê-Nawê) e outro território com marcação de “Maloca de Índios”. Logo, as fronteiras invisíveis que ali se aplicavam para aqueles indígenas que transitavam e eram estabelecidos por ali, teve elementos físicos dos migrantes colonizadores que cercavam, documentavam, legalizavam, defendiam e ainda defendem as fronteiras contra os que ali ultrapassassem.

Logo, Howard S. Becker (2008) produziu um estudo sobre “outsiders” que nos obriga a uma reflexão atemporal ao processo de colonização em Juína; contudo, podemos ter como contraponto o estudo de Giddens (2003) que objetiva analisar as práticas sociais ordenadas no espaço e tempo, refletindo como se mantêm estáveis

²¹ Disponível em: <https://www.metrofmjuina.com.br/pioneiro/51/familia-zan>. Acessado em: 28/07/2022.

²² Instituto e Terras de Mato Grosso

as relações sociais e a reprodução das práticas sociais. Haja visto que, a empresa colonizadora e os pioneiros colonizadores de outsider se constituíram estabelecidos e os povos indígenas vice-versa em sequência da imposição desta regra aos grupos. Porém, com o agravante apontado anteriormente por Oliveira (1996) quanto a domesticação dos povos indígenas, que a reflexão em Giddens (ibid) propicia entender de como mantiveram estáveis as relações e práticas sociais destes grupos que compõe a sociedade juinense.

Somada a observação dos estudos de Francisco de Oliveira (2011) no que tange sua análise do Brasil pós 1964, é pertinente observar quanto sua crítica a questão da acumulação e o sistema capitalista quanto ao preconceito de classe. Visto que, no caso do Brasil, pretos e mulatos, estavam na engrenagem capitalista no qual subtraiu-se os direitos trabalhistas e principalmente o impedimento do crescimento dos salários; “transferindo os ganhos da elevação da mais-valia absoluta e relativa para o pólo da acumulação e não para o do consumo.” (p.67)

Contudo, podemos observar que a lógica brasileira estudada por Oliveira (2011) segue sequencial para o caso de Juína, e que corrobora com sua análise de que a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM foi um dos instrumentos da expansão, através da manutenção do lucro pelo subsidio do capital; elevando a taxa de lucro potencial nas áreas e setores ainda não monopolizados, propiciando um super excedente nas empresas que chegaram para propiciar o desenvolvimento da cidade, em consonância com o controle de outras áreas da economia e posteriormente da política. E que neste sentido, Pierre Nora (1984) permite refletir no que tange “ideologias-memórias” e seu fim, mas que não se observa no passar dos anos desde a colonização juinense tal retórica; pois é deste processo e repetidamente até dias atuais que se observa a mentalidade relacional dos aspectos de outsiders (BECKER, 2008).

Figura 6: Visão aérea de Juína em 1987



Fonte: Instituto Raíces Juína.

3. A MEMÓRIA FUNCIONAL E MEMÓRIA OBJETIVA: A SOMBRA DA SOCIEDADE, DE PROTAGONISTAS A MEROS FIGURANTES

Apesar da narrativa oral por vezes ser considerada significativa em uma história, contribui neste caso principalmente por ser tratado pelo viés da ciência, possibilitando constituir como uma leitura crítica e analítica sobre o passado, que faz uma relação direta com o vivido ou com o indivíduo ; se faz aqui tratar da memória que remete ao vivido, remete ao indivíduo, remete a experiência. E nos leva a considerar tal narrativa como um testemunho de coisas do passado, um processo epistemológico que parte da memória declarada, em que materializa pelo arquivo, pelos documentos e termina na prova documental. (RICOEUR, 2007)

Aleida Assman (2011) mostra que nós estamos munidos de possibilidades de história, de memória corporificada e experiências, e temos a capacidade e a necessidade de falar sobre nossas próprias memórias pessoais com os outros. Contudo, há também outra dimensão de memória que é uma ferramenta de aprendizagem; pois nós adquirimos informações e as armazenamos constantemente no cérebro, desde a experiência até a aprendizagem, e através disso, comparar o conhecimento e experiências dos outros. Com isso, sempre temos a possibilidade de ampliar nossa memória e dentro de um grupo/família, contextualizar e integrar dentro de um grupo maior/sociedade.

Sendo assim, sob a perspectiva de Pollak (1989) quanto a função da memória, é possível compreender justamente que o testemunho/narrativa vindo a se materializar de modo documental apontado por Ricoeur (ibid), é uma forma de aprendizagem e integração do pioneiro colonizador (no caso de Juína). Ao contextualizar o que Bao (2017) se refere ao enaltecimento, publicização e propagar o imaginário de uma suposta odisseia (em meio a selva amazônica), podemos observar tal situação na fala do pioneiro Jair Lulu:

“-Nós éramos os construtores de sonhos. Nós desbravamos o caminho, a vereda que leva aos sonhos. (...) Eu coloquei um tijolo nesta construção (da cidade²³). (...) Eu adoro quem está chegando

²³ Incluído pelo autor para compreensão do sentido dado ao tijolo.

aqui, gosto de quem vai chegar amanhã, mas respeite os caras que amasso o barro e pisou na lama, que dormiu (sic), tomou banho de canequinha... Tem que ser respeitado essa gente!”²⁴

Perante tal narrativa, podemos analisar o discurso sob os conceitos de Laclau (2013), justamente perante o aspecto posto por Jair Lulu quanto a posição dos sujeitos temporais. Haja visto que, apesar da mudança do modo de vida posicionado por Harvey (HALL, 2015) quanto a mudança na modernidade tardia, põe em evidência a “narrativa do Eu” em confronto a (re)significação de uma multiplicidade de cenários (ou perspectivas). Nesta esteira, Hall (ibid) percorre em seus escritos sobre a subjetividade inconsciente e sistemas simbólicos serem um produto da interação social; no qual cita um descentramento do sujeito, que tem como referência a perspectiva da “fase do espelho”, a autoimagem, o “Eu” no lugar do outro, que Lacan estudara.

Assim, não só pela função, mas também os elementos constitutivos da memória que Pollak (1989) pontua se faz necessário nesta dissertação, pois, o acontecimento (colonização) por ter sido vivido ficou arraigado e que já podemos considerar uma memória herdada a novas gerações. Haja visto que, não só por um capítulo de livro ou com uma página em portal virtual dedicado a publicizar tais pessoas que tendem a virar personagens históricos, mas sim em um lugar/espço físico e geográfico chamado Juína e no inconsciente coletivo de um povo. Contudo, o mesmo autor sinaliza que a memória pode ganhar da cronologia oficial; ao ponto de vivências diferenciadas da realidade reporta as lembranças dos ocorridos com ou por terceiros. E assim, as “narrativas do Eu” (HALL, 2015) e a (re)significação da multiplicidade de cenários que tais sujeitos perpassam, faz criar a narração sob uma comunidade imaginada e seu “mito fundacional” que constitui o significante “sociedade civil juinense”. Uma sociedade que desde o papel do projeto até a divisão socioeconômica no território foi orquestrada, por isso nos é pertinente analisar a função da memória e os discursos por trás delas. Haja visto que, através das narrativas analisadas foi possível perceber que primeiramente houve uma seleção socioeconômica dos que pudessem comprar as terras, depois tivesse o suficiente para

²⁴ Disponível em: <https://www.metrofmjuina.com.br/pioneiro/70/jair-lulu-e-eliana-peruzzo-lulu>. Último acesso: 03/08/2022.

manter suas terras e sua família até o processo de desenvolvimento alcançar o estágio pretendido. Também, não pode ser dispensada a informação de que os colonos além de preparar as terras, as venderam aos detentores de mais poder aquisitivo em função das regras para extração e manutenção assinadas em contrato com a colonizadora. Assim, em campo e ao longo desta dissertação fica claro a escolha do perfil e destino dos migrantes da colonizadora, já que os lotes comerciais e os mais bem localizados no módulo 1 foram doados aos que dispunham de capital ou atuação na cadeia de produção comercial industrial na cidade, também aos apadrinhados políticos que investiam no elo entre a empresa colonizadora e a política local que perpetuaram o “mito fundacional” como elemento principal deste significativo vazio (sociedade juinense).

Sendo assim, no que diz respeito às relações de trabalho no início do processo de colonização da cidade, Lídio Ioris (ibid) ao manifestar sua impressão quanto ele e os demais colonos terem servido “de ‘tapete’ dos corruptos, dos contrabandistas e dos sonegadores, que usaram de nossa produção para lavar dinheiro havido ilicitamente.” (p.96) Nos passa um panorama da formação inicial desta cidade, que corrobora com a informação de que os lotes comerciais da cidade eram doados aos (apadrinhados políticos) que fossem estabelecer comércio no centro da cidade, inclusive o pioneiro Ênio Tomasini²⁵ deixa claro que o centro (o miolo)²⁶ da cidade ficou para os ricos e a Vila Operária para os pobres.

E não só no que se refere a moradia que houve privilégios e manobras capitalistas de um pequeno grupo que buscou manter vantagem e enriquecimento em cima de colonos (e indígenas), pois o pioneiro Ênio Tomasini também na mesma entrevista reforça histórias ouvidas em botecos e conversas aleatórias de trabalhadores bem antigos da cidade; em que, os madeireiros faziam casas no entorno do pátio das serrarias para os empregados que eles traziam do sul, só podiam dar baixa no contrato de trabalho após pagar com serviços os custos que o empresário teve pela viagem da família desse funcionário e pela construção da moradia referida. Contudo, os trabalhadores braçais dessas madeiras e de fazendas da região

²⁵ Disponível em: <https://www.metrofmjuina.com.br/pioneiro/42/enio-e-adilar-tomasini>. Acessado em: 06/08/2022.

²⁶ Inclusão minha para entendimento do leitor, pois a área referida agrupa módulo 1 (centro), módulo 2 e parte do módulo 3.

ainda tinham outro complicador, não recebiam salários nas mãos; pois devido a custeio referido ser padrão dentre os primeiros empresários que em Juína se estabeleceram, também pagavam aos funcionários em vale compras e não em cheque ou em dinheiro em espécie. Fazendo-os assim, engrenagem de um sistema em que os empresários faziam seus ganhos aumentarem consideravelmente e mantinham os trabalhadores reféns de comprarem na mercearia mais próxima de onde vivia (quase sempre do mesmo empresário ou ligado a família pioneira) ou de algum outro mercado de maior porte pertencente a outro pioneiro parceiro.

“Os atos abstratos são os que se procura esconder, inerente a uma formação deturpada, com tendência ao ilícito, que não ficam só no domínio das ideias, mas que se traduzem para a base material.”
(IORIS, 2009 p. 27)

Mediante a afirmação de Ioris (ibid) é contundente o uso do método aqui escolhido, de análise do discurso sob os conceitos de Laclau (ibid); pois entendemos que os atos abstratos são desde discursos a ações nas quais não se há registros materiais, mas que se materializam de alguma forma monetária aos pertencentes ao grupo hegemônico. Assim, pode-se associar tal situação ao processo eminente de construção de identidades políticas, que é resultado de uma articulação de demandas de interesse particular e que assume um papel na representação hegemônica dessa ideia.

Logo, cabe a reflexão em Max Weber (2002), ao buscar o sentido dado pelo agente na esfera social em reflexo a racionalização que fundamenta a relação em sociedade em uma vida burocrática e da soberania Estatal. Que no caso do projeto Juína, mostra a legitimação dos esforços feitos por uma elite a participarem do poder, em perspectiva de dividirem o poder político de modo que influencie e favoreça uma mudança do cenário econômico do município em desenvolvimento favorável a uma determinada classe em crescimento, a burguesia. Tendo em vista que, apesar da vitória do MDB na primeira eleição de Juína, que veio a ser questionada por possível esquema de fraude, o candidato da ARENA que era alinhado ao Governo Federal, também tinha o apoio das classes dominantes que vieram a ser beneficiadas pelo projeto. (IORIS, 2009) Com isso, a ação da iniciativa privada em injetar no mercado

local para o crescimento e desenvolvimento da cidade não foi à revelia; mas sim uma proposta da manutenção das políticas que davam a soberania aos apoiadores do Estado-nação na época.

Cabe destacar o conhecimento das nuances dos primórdios da colonização que Ioris (2009) relata no processo de acúmulo de excedentes de capital desta minoria da população em face à maioria produtora em relação à exploração, como Giddens (2000) explica citando Karl Marx ao descrever como se dá a caracterização deste processo do domínio de classe; em que foi adotado uma prática ilícita na máquina pública que se tornou o modo operante comercial no período. Visto que, havia um recolhimento pessoal de vinte por cento de tudo que era feito como bem ou serviço público dos que operavam junto a empresa colonizadora e depois com a prefeitura (IORIS, 2009). Assim, se observar pela ótica de Simmel (MORAES E FILHO, 1983) quanto ao antagonismo como elemento de socialização, em que se vê a elite do território vindo a perder para o Governo – Estadual e Federal as arrecadações mediante as obras que envolviam a colonizadora, que em si realizava a mesma prática²⁷ – sob seus representantes; seguiu o ordenamento sistemático que Ioris (ibid) descreveu, caracterizando o grupo hegemônico como antagônico em querer beneficiar-se ao invés de seguir beneficiando os governos das outras esferas, mas que serviam como apoiadores do Estado Nação com a finalidade de propiciar combinações políticas nestas socializações no território.

Com isso, eliminava-se a concorrência de ganhos direto do representante do Governo e favorecendo um esquema sonegador e corrupto; em justificativa do crescimento da cidade. Que intitulado por Ioris (2009) não era como uma filha querida (Juína), mas como a “galinha dos ovos de ouro”; e segue relatando que o dinheiro, surrupiado do governo, contribuiu para o desenvolvimento urbano e do município – mas prioritariamente de uma burguesia -, onde fazendas foram povoadas de gado, pequenas empresas se tornaram bem sucedidas, construíram-se hotéis, postos de

²⁷ Ao que foi descrito ocorrer na época em Juína, foi publicado episódio similar na página do Diário da Manhã, fatos de corrupção durante o governo federal do Presidente João Figueiredo (1979-1985) que destaco o trecho: “A ideia era seguir até o pacífico pelo Peru e o Equador, uma roubaheira realmente sem limites, combinado ao desmatamento da mata, expulsão de povos indígenas e seringueiros. No fim, a Transamazônica terminou 687 km antes, em Lábrea, e, claro, sem asfalto. Nem por isso, deixou de custar a bagatela de US\$ 1,5 bilhões de dólares na época.” Disponível em: <https://www.dm.com.br/politica/2018/05/escandalos-de-corrupcao-na-ditadura/>. Acessado em: 10/10/2022.

gasolina, supermercados, prédios, instalaram-se pequenas indústrias e beneficiamentos; que ainda assim, sobrara dinheiro para alguns políticos gastarem à revelia em campanhas.

“Os grandes fazendeiros aglutinaram as pequenas propriedades, plantando pasto. Hoje em Juína:

É Fazendeiro o médico.

É fazendeiro o engenheiro.

É fazendeiro o dono do supermercado.

É fazendeiro o madeireiro.

É fazendeiro o prefeito.

É fazendeiro o político.

É fazendeiro o comerciante.

É fazendeiro o advogado.

É fazendeiro o contrabandista.

É fazendeiro o corrupto.

É fazendeiro o sonegador.

É fazendeiro o comprador de diamante.

É fazendeiro o dono do cartório.

É fazendeiro o comprador de madeira dos índios.

É fazendeiro o proprietário que mora nas fazendas.” (IORIS, 2009 p.96)

As madeiras, a agricultura, o garimpo e a pecuária foram os segmentos econômicos que mais tiveram destaque no território, mas para desenvolver o comércio do gado em proporção de enriquecimento e exportação para atingir a hegemonia das atividades do campo, Lídio Ioris (p.95) aponta que os pequenos colonos foram “expulsos”; em sua imensa maioria venderam suas terras e foram tentar a sorte no garimpo, deslocando-se com o passar dos anos para as periferias da cidade.

Se visto pela ótica dos conceitos sociológicos de Weber (2002), tal conduta orquestrada pelo grupo pode caracterizar-se com uma racionalização nas ações sociais de uma elite burguesa sob um ganho planejado, sistemático e organizado, de maneira que esse ganho se tornou a própria finalidade e não um meio de satisfação

das necessidades materiais. No entanto, Giddens (1991) traz que uma racionalização da ação reflexiva monitorada, que seria a construção discursiva da ação que o agente está para realizar, seja algo em vigência – tal qual a regra dos 20% em Juína -; e sugere que para controlar as consequências de tais ações devem-se ser proferidas sob aquilo que as motiva e a que querem chegar com aquelas ações. Mas não sob a visão no modo que Ioris (ibid) traz como ter sido o caminho, e escreve sem juízo de valor o ocorrido no processo, que se houve algum mérito - reflexivo ou calculado a tal finalidade adotada nessa racionalização – aos sonegadores, corruptos, grileiros, contrabandistas e congêneres, foi de terem aplicado em Juína o dinheiro adquirido de forma ilícita a quase totalidade.

Logo, se tornou necessária à ampliação das áreas, tanto comerciais como residenciais do projeto Juína. Mas, que já se reservavam os melhores lotes a apadrinhados – lido investidores - do gerente do projeto da CODEMAT, que também era político municipal e viria a concorrer a deputado estadual posteriormente. (IORIS, 2009) Contudo, para tal ação sob reflexão em Giddens (1991), se vê tais apadrinhados como agentes que executam ações deliberadamente, confirmando e configurando a estrutura juinense. Visto que, que através dos recursos das políticas de mercado executadas, dão vida ao projeto proposto e a uma organização política pelo poder econômico. Ainda que, que corrobora em certo ponto à perspectiva de Giddens (p.74 quanto o conceito de desencaixe, onde tais apadrinhados seriam rostos conhecidos e de postura representativa a um reencaixe para operar o sistema determinado.

Ioris (2009) também faz um aporte de Max Weber quanto ao poder e a autoridade na saga durante a colonização, pois demonstra que a via pelo poder foi fatídica para a organização de uma elite burguesa; desde antes da colonização quando houve o extermínio de indígenas – favorecendo uma limpeza étnica -, depois por parte da CODEMAT em impor obrigações aos colonos e não cumprir as prometidas por parte da colonizadora; a do Estado durante a gestão do Presidente José Sarney em suspensão da compra que havia sido garantida pelo ex Presidente João Figueiredo aos colonos e os levando-os à falência; na corrupção instaurada pela CODEMAT; e na formação de uma quadrilha para usurpar dos produtores, ao entregarem aos atravessadores para esquentar o dinheiro do ganho ilícito. Logo, o processo de dominação de uma burguesia sobre grupos subalternos em uma sociedade capitalista através da coerção sob a dominação intelectual e moral que

segundo Gramsci (2000), leva a uma supremacia que rege a estrutura hegemônica para uma modernidade.

Porém, não podemos dispensar a leitura que Hall (2015) pontua quanto a Erving Goffman quanto relacionar a interação do “Eu e o Outro” na lógica da microsociologia no que tange a ideia de que perpassa a ideia de relacionamentos a base de contratos, acordos concluídos livremente entre indivíduos. Contudo, se analisar em âmbito macropolítico por uma ótica da biopolítica de Foucault (2008) que nos contempla a percepção de que Hall (2015) desenvolve na relação do “Eu e o Sistema Social” ao refletir quanto a macrosociologia, intriga-me se já não se fazia jus a um processo do (neo)Liberalismo de uma burguesia ao modelo norte-americano²⁸; que fez um tipo de relação entre governantes e governados, em que se desenvolveu toda uma maneira de ser e de pensar. E que no caso de Juína, o contrato/relação acordada para alguns colonos não foi tão livremente assim, mas por uma necessidade devida as condições construídas.

De modo breve, é possível comparação com o modelo norte-americano do sistema social político (neo)liberal mediante ao processo de *laissez-faire* aplicado pelos Estados Unidos da América. Haja visto que, a crença do mercado ser capaz de se regular sozinho, sem subsídios ou regulamentações criadas pelo Estado fez a elite juinense garantir o crescimento econômico deste pequeno grupo e investir de modo indireto no desenvolvimento social da cidade. Daniel Pereira Andrade (2019) descreve uma estratégia que remete ao ocorrido na região: “realizam-se desmontes de instituições alheias a lógica, desorganizando centros alternativos de poder, desregulamentando zonas de controle burocrático e disciplinando sujeitos coletivos potencialmente ingovernáveis.” (p.233); como reforça este pensamento, sob a questão do momento seguinte deste operacional neoliberal, em que dá início a um processo de expansão do poder em vias de intervir socialmente ao realizar melhorias e regulamentações do mercado até sob parcerias público-privadas.

Sendo assim, é cabível de retomar a perspectiva de que as identidades do sujeito moderno/sociológico é considerado um indivíduo interativo atrelado a uma estrutura, e que se forma ou modifica sob diálogos com identidades exteriores; nos

²⁸ Tal observação intrigante é mediante aos registros históricos de que o neoliberalismo só começou no Brasil no início da década de 1990.

permitindo através das concepções de identidade que Hall (2015) pontua quanto ao processo de nascimento e morte do sujeito, que no caso tratado mais acima quanto aos contratos firmados em circunstâncias atreladas a um modelo imposto pelo sistema social, promoveu a morte da identidade do sujeito, o levando a agir sob um poder disciplinar e uma posição social que é tratada como descentramento do sujeito em uma modernidade tardia.

Tanto que, tal situação na prática é visto por Lídio Ioris (ibid) quando diz:

“Hilton venceu as eleições, porque se apresentou ante o eleitorado novo, cerca de oito mil votos, como o fundador da cidade, digno de todos os méritos e não houve ninguém que delineasse aos novos eleitores os fatos confusos de seu passado. (...) É incrível como é fácil convencer e conduzir o jovem eleitor de hoje.” (p.136)

Tal episódio é fatídico a interpretação do sentido da memória frente à modernidade aqui tratada. Visto que, à medida que se recua ao período antes da construção da cidade, ainda em meio à selva amazônica, memórias – informações – se apagam e outras se sobressaem ao ponto de vista observado segundo as condições novas onde ela se encontra (HALBWACHS, 2004); com isso, a memória deste processo de modernização com o tempo só podem ser lembranças simuladas ou memórias reconstruídas. A primeira fidedignamente só poderia ser feita pelos oprimidos desse processo, os indígenas; já a segunda, visto pelo ponto de vista do colono até os dias atuais, cabe acrescentar a perspectiva de quadros longínquos e meios próximos, dado por Halbwachs (ibid). Ele aponta que as transformações atuam mais diretamente sobre a vida e o pensamento de seus membros, em que há momentos que todos esquecem seus interesses e família detendo-se ao seu horizonte individual. Assim, cabe-se a reflexão: que se esse movimento contínuo pela modernidade dado pelos atores hegemônicos neste cenário, inevitavelmente vem atingir todos e todas em certo ponto sob diferentes maneiras, tornando-se complexo devido à dinâmica espaço-temporal, seria assim em um provável esquecimento de um passado?

Pierre Nora (1984) observa que vivemos a aceleração histórica, que produz, cada vez mais rapidamente, um passado morto, a percepção geral de algo

desaparecido ou esquecido. Este autor faz referência a necessidade de maior suporte exterior da memória quando se tem menos exercício da mesma no interior do grupo; em que podemos interpretar quanto ao não dito quanto alguns dos componentes da memória (atores, testemunhas, registro material e processos) nas narrativas dos pioneiros colonizadores de Juína. Pois vemos que precisaram ser apresentados com elementos (acontecimentos, pessoas e lugares) pesquisados academicamente no qual manifestam interferência do grupo hegemônico nas memórias em disputa.

Pollak (1989) define situações semelhantes como “o mal do passado” quando vivido sob um possível trauma, mas também considera a função do “não dito” por considerar que “a linguagem se condena a ser importante porque organiza o distanciamento daquilo que não pode ser posto à distância.” (p.8) Mas não foi identificado em campo ou nas entrevistas nenhum traço de trauma social no processo de colonização por conta da “linguagem x discurso”, nem mesmo quando foi observado o silêncio de colonos pioneiros se observado a estratégia de Hilton Campos para ser eleito em 2004. Porém, Halbwachs (ibid) nos faz entender que o passado narrado pela memória e o passado narrado pela história não são a mesma coisa, há uma distinção; o pensador enfatiza que a narrativa histórica é um recorte de uma visão externa do acontecimento, enquanto a memória é considerada mais significativa por um elemento vivo das experiências humanas, pertencentes ao grupo, a memória social.

Apesar de não ter sido identificado nenhuma situação de trauma dentre os pioneiros colonizadores quanto ao processo de colonização de Juína, durante uma das conversas em campo, uma pessoa filha de compadres de um ex prefeito de Juína, informou que seus padrinhos por muitos anos proibiram a população de falar quanto a presença, fatos ou referências dos indígenas que por aqui estavam.²⁹ Com isso, a afirmação de Halbwachs (ibid) quanto a narrativa histórica do passado de fato é diferente da narrativa da memória se mostra na prática; tanto que, a história dada pelos pioneiros colonizadores apesar de carregar memórias na narrativa, não se configuram uníssonas e plenas de coerência.

²⁹ A pessoa que deu esta informação tem grau parentesco com os compadres deste ex-prefeito, e pediu para não ser gravada a conversa para não haver retaliação ou qualquer tipo de situação com seus familiares.

Haja visto, algumas das conceituações e reflexões dos pensadores sobre a memória, história e o esquecimento, é para ajudar-nos a entender o fato narrado por Lídio Ioris quanto a eleição do político que convenceu um eleitorado sem memória dos fatos passados no processo de colonização; utilizou do dispositivo arquivo para priorizar as ações/fatos que deram resultado positivo e empurrou para o esquecimento sua postura, falha, negligência, politicagem e demais ações que foram negativas enquanto era a figura responsável da empresa colonizadora no território e viera perder o primeiro pleito eleitoral para prefeitura. Pois vários dos pioneiros colonizadores, até mesmo aqueles que se silenciaram ao ver e ouvir os fatos omitidos no discurso eleitoral, reconhecem que a CODEMAT por intermédio político de seu gestor no território deixou de cumprir com suas obrigações, atrasou repasses para a prefeitura desenvolver ações pertinentes a melhoria de infraestrutura e condições de vida dos que em Juína estavam, e principalmente fez o vencedor do primeiro pleito começar uma prefeitura do zero.

“Estou a trinta anos em Juína e posso dizer que tive a sorte de nunca ter presenciado cadáver estendido na rua aguardando remoção pelas autoridades, por ter sido assassinado ou por acidente.” (IORIS, 2009 p. 83)

Também foi destacado por vários pioneiros a questão da violência da época; mais em específico a guerra entre duas famílias que de amigas viraram rivais³⁰, e de um episódio em que a justiça foi feita pelas próprias mãos pelos “homens de bem”³¹ que por aqui já estavam. A referência dada a guerra dos dois grupos familiares foi de um verdadeiro filme de “bang bang”, que ficou gravado na memória principalmente de pioneiros que atuaram no comércio; já que, tanto a episódios acontecerem em momentos de circulação de seus clientes e terem de abaixar por trás dos balcões ou se deitar no chão, mas também pela luz elétrica que era fornecida por geradores até um horário padrão de 22h, ser desligada antes. Pois em todos os episódios em que

³⁰ Família de Lúcio Ferro e a família dos Varejão.

³¹ Termo utilizado na entrevista da Família Zan ao falar sobre o episódio: “Uma lição dada pelos homens de bem, trabalhadores...” Disponível em: <https://www.metrofmjuina.com.br/pioneiro/51/familia-zan>. Acessado em: 07/08/2022.

ocorriam a pistolagem entre os grupos no fim do dia, os mortos eram recolhidos e amanhecia-se sem vestígios do ocorrido em vias públicas.

Simmel (MORAES FILHO, 1983) nos permite refletir sobre a perspectiva da solidariedade orgânica x isolamento como proteção contra conflitos internos; haja visto que, o pensador analisa que certas doses de hostilidade se tem uma permissividade entre grupos maiores ou por duas estruturas aparentemente opostas. Pois tal situação promove uma solidariedade entre membros que em certa dose podem ser remediados com relativa facilidade. Mas, não foi o caso em Juína. Visto que, em conversas no campo, foi informado por mais de uma vez que bastava que um dos grupos se reunissem com bebidas alcólicas em momentos de descontração; para no fim irem atacar o grupo oposto. Contudo, a reflexão quanto ao isolamento ser a medida protetiva contra tais conflitos no seio da cidade, se faz factível; pois em várias conversas foi dito que depois de determinado horário ou devido a situações ocorridas no decorrer do dia, os moradores da cidade preferiam se isolar em suas casas ou no sítio para não correrem risco.

Com isso, cabe ressaltar uma limitação quanto a ausência do tratamento de sentidos positivos produzidos por sistemas discursivos antagônicos pela teoria de Laclau (ibid); pois o foco é em cima dos limites e o papel antagônico na formação das lógicas políticas, mas que não se reportam neste enquadramento da memória. Porém, o antagonismo deve ser percebido como um momento de ameaça em um processo articulatório produzido pela negatividade dos atores sociais envolvidos. Nesse sentido, visto pelo enquadramento da memória descrito por Pollak (1989) temos tais narrativas mostrando componentes devido as testemunhas e não pelos atores, elementos dados pelos lugares ocorridos; e que apesar de lembrados, se configuram inúteis por serem inteligíveis em sua particularidade.

“-Eu andei armado aqui. Fizeram um roubo aqui, coisa com os taxista (sic) E na época, ‘-Opa, vamo atrás, vamo atrás!’ (...) Nós saiu pro (sic) lado de Vilhena e foi até o lado da cascalheira para nós pegar os caras. E a polícia, gente de bem ela autorizava. ‘-Vamo pegar esses bandido!’ (sic) (...) Pegaram eles, e a turma lincharam ele onde era o antigo aeroporto. Onde é o parque de exposição hoje. Nós saímos um monte de gente, nós tinha moto. (...) Ele foi amarrado e arrastado na rua, na avenida. Hoje se você sai com uma carabina na rua é preso na hora. Na época não, nós tinha o aval da

autoridade. (sic) ‘-Não, vamo pegar! Nós temos que pegar! É malfeitor!’(...)”
(Relato da Família Zan).³²

Esta narrativa para além do fato da memória, traz um discurso que nos remete observar com o apoio da literatura de Rainer Forst (2017) quanto normatividade e poder. Visto que, justificativas infracionais do fato ocorrido ao mesmo tempo que se incorporam por meio de uma social cooperação, posta o conceito de “bom” para tomar o lugar imperativo e de criterização de uma justificação racional. Porém, Gullo (1998) nos dá uma referência do que o fato ocorrido seria característico das sociedades primitivas; contudo, entendemos que a violência é inerente às relações sociais e que consolida estruturas de poder, particularmente os foras da lei e sob controle de grupos organizados.

Mas ainda assim, nos faz se apoiar na teoria do discurso por ter o potencial de ser uma ferramenta de compreensão do social, revelando a questão do poder central e constituidora de relações sociais. Assim, devido as posições do sujeito e as dicotomias antagônica que Laclau e Mouffe (MENDONÇA, 2009) retratam em sua teoria, torna possível compreender que Gullo (1998) se faz nesta dissertação assertivo para análise de um banditismo social na sociedade rural. Haja visto que, tais proscritos rurais, vistos como criminosos pelo Estado (por terem andado armados sem porte, linchado, matado, queimado e esquartejado um ser humano), são considerados vingadores ou paladinos da justiça.

Também é importante a observância de um elemento que além de categorizar um grupo em específico ou generalizado – dependendo do tempo e espaço-, automaticamente posiciona os sujeitos deste grupo de modo socioeconômico; pois ao associar “homens de bem” a trabalhadores, já cria um antagonismo de que todo e qualquer pessoa que não for trabalhador(a) é visto como diferente. E tal aspecto é reflexo de uma experiência social e reforçada nos alicerces do capitalismo, dando direitos até mesmo de infringirem a lei contra aqueles que são diferentes da identidade constituída pelo grupo hegemônico – pioneiro colonizador. Em exemplo direto, no caso dos trabalhadores integrantes das famílias dos pioneiros que foram chamados de “homens de bem” contra os ladrões do episódio do taxista.

³² Ibid.

Tanto que, a expressão “homens de bem” apesar de não ser repetida em outras entrevistas, é importante – carrega um simbolismo que demarca a normatividade e o poderio – na constituição plena das identidades daqueles que se intitularam – ou enquadraram – como tal categoria na cidade de Juína. Haja visto que, mesmo os migrantes que por aqui estiveram para trabalhar no garimpo foram estigmatizados; e conjuntamente memórias de um período de maior violência, apesar de também ter sido um dos momentos de maior circulação monetária na cidade.

Se visto que além de árduo o quanto é o trabalho no garimpo, e que também houve garimpeiros profissionais que dispunham de conhecimentos técnicos e força de trabalho especializada; não se poderia negar deste grupo ser associado a categoria de “homens de bem” que antes fora referida por ser composta de trabalhadores de Juína. Contudo, não foi o que aconteceu no período temporal referido e tal fato social é um marco a ser considerado relevante de análise do discurso; não só para reforçar a minha escolha de explicar a categoria de pioneiro colonizador que Bao (2017) descreve muito bem, mas devido a se apresentar um significativo flutuante conforme Laclau (2013) retrata sair de uma lógica da diferença, passar para uma lógica equivalencial, e tornar-se um espaço político agonístico-conflitivo.

“Eram dois grupos bem distintos, o primeiro formado por garimpeiros profissionais, vindos de outras regiões, (...) esses possuem o conhecimento específico sobre o garimpo e o domínio das técnicas. Esse primeiro, muitas vezes, vive o estilo de vida imprevidente do garimpeiro, farrista, gasta o que ganha, frequentemente está presente nos cabarés, e se envolve em conflitos com maior intensidade. O outro grupo era formado por “garimpeiros colonos”, foram trabalhadores rurais que enxergaram no garimpo um meio para superar a crise econômica em virtude da baixa produção das lavouras, das dificuldades em comercializar seus produtos dentre outros fatores.” (SANTOS, 2013 – p.6)

Tanto que, Vilela da Silva (apud SANTOS, 2013) já discorria sobre o garimpeiro ser considerado aventureiro e desclassificado social; e Santos (ibid) nos mostra que na concepção de Juína os colonos que atuaram no garimpo não são considerados garimpeiros, apenas foram chamados assim enquanto trabalharam no garimpo. Assim, segundo Becker (2008), com a teoria do rótulo, é possível compreender quanto a categoria de valor deletéria recai sobre um grupo inteiro e não apenas sobre um

indivíduo; afetando a credibilidade, as oportunidades, e até a percepção desse grupo em relação a si mesmo. Visto que, o colono “transformado” em garimpeiro, temporariamente compactua com elementos do cotidiano da função, mas que em seus discursos não aprova os costumes e comportamentos sociais do grupo estigmatizado. (SANTOS, 2013) Contudo, nesta relação “nós x eles” coloca o colono em posição ilibada, em que sai imune as imoralidades e valores diferenciados por terem traços fortemente alicerçados pela cristandade. Porém, Santos (ibid) aponta que há cuidados quanto ao discurso dos colonos quando falam de garimpeiros, pois é como admitir explicitamente o preconceito contra tal grupo e é “jogar lama em seu próprio passado”. (p.7)

Haja visto que, o exercício de assegurar a identidade do grupo conforme Assman (2011) explicita em seus textos, nos faz entender que a memória cultural dada em Juína pelas narrativas dos pioneiros colonizadores segue a mesma moral/sentido de desbravamento que Ricoeur (ibid) se reporta; pois independentemente de quem narra o episódio (do processo de colonização ou da garimpagem), se for tirado um dos elementos de dificuldade ou características dos personagens protagonistas (no caso de Juína os pioneiros colonizadores), a história oficial fica incompleta e perde a coerência projetada. Por isso, as narrativas cumprem o papel de ajudar a compreender quem são os bonzinhos, os malfeitores e os figurantes no enquadramento da memória; nos permitindo entender os processos (subliminares) através das contingências e (in)coerências da identidade social em situações limites visto nos escritos de Pollak (1989).

Para Ricoeur (2007) a noção de arquivo vai para além de um lugar no qual se guardam documentos de informações históricas, não é um lugar físico; mas sim, um dispositivo de linguagem, um dispositivo de saber, e um dispositivo de poder. É um modo de pensar do que deve ser guardado e do que deve ser esquecido. Tão logo, o arquivo como dispositivo é o que viabiliza certas coisas e inviabiliza outras, em que apesar da concepção do autor de que a narrativa histórica é constituída por pessoas que não necessariamente fizeram parte dela, é na narrativa da memória que se faz necessário a participação dos indivíduos para servir não só de objeto da história; mas claramente como dever do que não deve ser esquecido, das práticas de esquecimento, um senso de verdade e justiça por trás dos fatos, e principalmente o testemunho como arquivo.

E ao ouvir os pioneiros colonizadores em suas narrativas quanto ao início da colonização de Juína, nos remete diretamente a construção coletiva do “mito fundador” que Marilena Chaui (2001) descreve. Haja visto que, a autora apresenta três acepções que sustentam o mito na sociedade atual: etimológica, que é a narrativa lendária/desbravadora desta comunidade; antropológica, que se baseia numa construção imaginária do que não é encontrado no plano real; e a psicanalítica, um impulso/pensamento de repetição/perpetuação de algo imaginário que bloqueia a nossa percepção da realidade, confortavelmente impedindo-os que se lide com ela ou que se tenha essa responsabilidade.

Sendo assim, podemos compreender através das entrevistas que o mito fundacional de Juína dado nas narrativas analisadas, que se apresentam tem um traço etimológico³³ mesmo que recente, de pessoas corajosas e de um grande feito/desafio de começar em meio ao mato/selva, desenvolver seu futuro e de sua família; assim como, tem aspectos da linha antropológica, podemos sinalizar quanto ao mistério/invenção de sociedade em meio a mata que não tem indígenas entre as figuras dos pioneiros colonizadores ou marcado dentre as memórias narradas da chegada da maioria destes pioneiros que em Juína chegaram. E mesmo não sendo este trabalho da seara psicanalítica, nos cabe algumas reflexões: Quanto de coragem ou risco tiveram os pioneiros colonizadores no começo de Juína, ao ponto de perpetuarem a novas gerações o bloqueio da lembrança de indígenas antes e junto deles no início do Projeto Juína? Deviam questionar-se para onde foram ou o que aconteceram com os povos indígenas que estavam por ali antes de abrirem os lotes de Juína? Talvez objetivamente seja como Chaui (ibid) pontua na acepção psicanalítica, se narrarem terão de lidar com a realidade histórica e arcar com as responsabilidades/dívidas suprimidas a figura de “homens de bem” ou talvez da imagem ilibada dos pioneiros colonizadores.

Tais apontamentos se fazem necessário mediante a proposição do debate com os escritos de Pollak (1989), já que o autor polonês traça sua reflexão sobre a memória, esquecimento e silêncio. Pollak (ibid) nos apresenta o contexto de uma

³³ Perfil que delimita ou que apresenta sentido a investigação, e que nesta dissertação foi reproduzido pelos primeiros emigrantes que formam o grupo dos pioneiros colonizadores; e neste sentido, deu-se relação a consultar dentre as narrativas quais foram as características em comum do processo de memória quanto ao objeto pesquisado.

memória subterrânea, também chamada de clandestina, que no caso de Juína não caberia seguir a vertente de Pierre Nora (POLLAK, 1989) que aponta quanto o aspecto emotivo em seu artigo, mas sim a compreensão da memória em disputa que vem sendo imposta institucionalmente em meio coletivo pela vertente Durkheimiana³⁴ (1999).³⁵

Já que depois de ir a campo, ouvir e analisar posteriormente as entrevistas expostas na página dos pioneiros de Juína³⁶, podemos considerar o apontamento de Pollak (ibid) quanto a função do “não dito” diretamente relacionada a invisibilidade dos indígenas na perspectiva dos pioneiros colonizadores. Haja visto que, na maioria das narrativas não é mencionado nem mesmo as palavras índio ou indígena em suas memórias de quando chegaram nas terras onde começara Juína e no cotidiano da cidade baseado nos fatos citados; contudo, não nos cabe aqui apresentar tal aspecto da história contrapelo como diria Walter Benjamin (1987) pela visão do oprimido, mas sim aproveitar desta função do “não dito” para contrapor a história oficial e dar abertura para a disputas futuras de memória do processo de colonização desta cidade em meio a selva amazônica.

3.1. DE ALDEIA A PRAÇA, A BÍBLIA BANHADA DE SANGUE

Todo processo de colonização territorial é em si um processo violento. Um processo que apesar da narrativa civilizacional e modernizadora sucumbi histórias e vida de povos originários.

“(...) conforme os depoimentos dos anciãos do povo: Tsakdk e Waikapata Rikbakta, onde é a sede da cidade de Juína, em que está localizada a Praça da Bíblia era, antes do contato, uma grande Wahoro (maloca) que compunha uma hudikhudikwy sironi (grande aldeia) que envolvia a área dos atuais bairros: Módulo Um, Módulo Dois, Módulo Três e Módulo Quatro da área urbana de Juína.” (LOBATO, 2020 – p.46)

³⁴ Entende-se por consciência coletiva ou consciência comum “o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade” (Durkheim, 1893/1999, p. 50)

³⁵

³⁶ Disponível em: <https://www.metrofmjuina.com.br/pioneiros>. Último acesso em: 25/08/2022.

O entrevistado A1, pioneiro, ex-vereador e professor aposentado em Juína ao me conceder sua entrevista narra que, para abrir a estrada a empresa colonizadora não queria saber de nada e ninguém que atrapalhasse seu projeto; e relata que jogaram bomba, deram tiros e passaram correntões para derrubar o que tivesse pelo caminho e abrir a estrada AR-1. Contudo, de modo ilustrativo o filme “Avaeté – A semente da vingança” que inclusive teve cenas gravadas em Juína no distrito de Fontanilhas, retrata claramente o episódio do extermínio indígena conhecido como o “massacre do paralelo 11”; e que nos permite tomar como fato e não mera ficção o episódio de dinamites jogadas de um avião monomotor, pois foi confirmado em um relato de um dos parentes de um piloto contratado para tal ação. Contudo, não se orgulham do ocorrido e ainda demonstram receio de mencionar sobre o fato; pois apesar do piloto já se encontrar falecido, a viúva e filha ainda vivem atualmente em Juína e por isso foi pedido para não tornar público a entrevista concedida.

Figura 7: Visão aérea do processo de abertura da AR-1



Fonte: Portal Metro FM Juína

Figura 8: Estrada AR-1 concluída em Juína-MT



Fonte: Portal Metro FM Juína

“- E a verdade? Né?! (...) Em conversa com os antigos, principalmente com lideranças indígenas, né? Que vivenciaram algumas situações, que tem histórias cabulosas em relação ao próprio Hilton Campos, que é meu amigo e tal (sic). Mas assim, e a gente tem história dele que morre de medo ao poder “Hilton e os índios”, né? Que tem uma história, ai é história... de que pegaram cabeça de índio e puseram ali na praça (da bíblia³⁷) exposta para mostrar o poderio dos administradores de determinado tempo. (...) Nunca senti para perguntar: ‘-Você já viu? Você já fez?’ né? (sic) Mas todo mundo relata.” (trecho da Entrevista A2)

Haja visto que, na entrevista C2 é relatado que anciões Rikbaktsa descrevem a formação do terreiro de seu povo justamente onde se localiza a Praça da Bíblia no centro de Juína; contribui a concluir que de fato a história relatada na entrevista A2 tem fundamento e principalmente se refletir quanto desta memória faz parte do inconsciente coletivo ou se foi silenciado pelo poder institucional estabelecido pelo representante da empresa colonizadora. Haja visto que, na entrevista C2 ainda há a informação de que este povo dos anciões tinham uma construção interessante, pois faziam três espaços na aldeia: “Maloca/Casa” que era a casa do chefe indígena, no

³⁷ Inclusão minha para compreensão do local apontado.

lado esquerdo a “casa dos homens solteiros” que era o local de aprendizagem, e no lado direito o “meu cemitério”; mantendo este último sempre em referência onde o sol nasce.

Figura 9: Organização Espacial da Aldeia Rikbaktsa



Fonte: Lobato (2020 apud TSIKBATSAMY, 2019)

Figura 10: Praça da Bíblia, Juína-MT.



Fonte: Google maps.

Haja visto tal semelhança, nos permite analisar que o formato arquitetônico ou das características físicas dos limites da praça é no mínimo um ponto a ser refletido para além da mera coincidência; este espaço público torna-se um símbolo

fundamental para o hiato entre o tempo e espaço que é fomentado rumo ao esquecimento dos que aqui já estavam. O que nos fez adentrar nessa seara de análise foi as referências que Lobato (2020) traz quanto ao espaço e ao uso dele no passado antes da colonização, no qual não se identifica a permanência dos mesmos usuários e nem as referências explícitas que antes foram o propósito desta organização espacial.

Pierre Nora (1984) nos mostra que o tempo dos lugares, é o momento preciso onde desaparece um imenso capital de uma memória que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para viver sob o olhar de uma história reconstruída. E é pertinente comparar a situação da Praça da Bíblia com os estudos de Nora, pois o mesmo autor considera ser um ponto negativo o que ele trás como “fim das sociedades-memória”; visto que, justamente neste aspecto é a transmissão dos valores e a seguridade da passagem da memória regular do passado para o futuro é interrompida. Contudo, apesar do conflito dialético de memória versus história, podemos considerar que a memória é um absoluto e a história só se conhece o relativo; e que no caso de Juína, em referência a principal praça do centro da cidade, tal retórica se faz verdadeira.

Quando cheguei e comecei a residir em Juína, a Praça da Bíblia estava abandonada aos cuidados do ambiente público; se via um ambiente degradado, com grupos de pessoas dependentes do álcool e outras de drogas, constantemente dormindo ou perambulando pedindo dinheiro nos arredores do espaço. Uma arquitetura pública para interação da população deixada de lado e sem sua função social adequada, e que não se notava referência alguma ou identidade da sociedade com a principal praça que foi projetada na região central da cidade. Com isso, do modo que estava a Praça da Bíblia e seus frequentadores, nos faz refletir sobre a história narrada pela Pioneira A2 quanto a praça e o impacto social que esta história narrada como memória podia estar intrínseca dentre os moradores de Juína.

Segundo Assman (2011, p.60), “os acontecimentos e feitos realizados em um passado grandioso, porém obscuro, exigem validação por meio de locais e objetos.” Que na prática em Juína podemos analisar que apesar do processo de esquecimento ocasionalmente (ou impreterivelmente) pelo grupo da colonizadora, a praça faz a tarefa de conectar o presente real com os acontecimentos desse passado não narrado dentre as memórias dos pioneiros colonizadores ou nos registros públicos da cidade

de Juína-MT. Assim, se faz um grande paradoxo ao dar enfoque sobre a memória que a história deste mesmo passado faz questão de esquecer, com uma evidente apatia ou embotamento afetivo, propiciando uma incapacidade de as presentes gerações lembrarem ou terem ao menos a consciência histórica da colonização de seu município.

Logo, tal situação reafirma a lógica da identidade do grupo com o ethos cristão pautado por Bao (2017) quanto a hierarquia entre grupos que constituem o mesmo espaço; pois é efetivada na própria nomeação da principal praça (da Bíblia) que fica no centro da cidade e a distinção do grupo de usuários devido ao perfil que não os caracterizava encaixar-se como “homens de bem”. Contudo, em 2019 houve uma revitalização do espaço em que mudou completamente a estética da praça e do perfil dos frequentadores do lugar; repaginando com estruturas modernas para crianças brincarem e incentivando a família como um todo a ocupar o espaço, institucionalizando os outros dois ethos que Bao (ibid) pauta como característicos do grupo hegemônico.

3.2. A FALTA DE ÁGUA OS PÕE COMO IGUAIS, LEMBRAR POR QUÊ?

Nas narrativas registradas e em conversas com moradores antigos de Juína as dificuldades presentes no início da colonização da cidade são latentes e reproduzidas por novas gerações, como lembranças das histórias de seus parentes ou vizinhos pioneiros desde a etapa que atual “Rainha da Floresta” era apenas um distrito de Aripuanã-MT. Inclusive, um dos períodos mais marcantes destas dificuldades foi envolvendo a questão do abastecimento de água; mas que em suma maioria não descrevem que tal episódio levava a convivência de indígenas e pioneiros colonizadores em espaços naturais e públicos para uso e busca de água.

“Nós trabalhamos e uma das minhas senhoras que ajudaram no meu trabalho, por isso que digo: ‘-Havia muita propaganda.” A água é um, faltou muita água. Uma dessas senhoras relatam que, chegaram a morar aqui na área industrial e a água que eram de poços artesianos, né (sic); não atendia a demanda. Elas pegavam o balde, colocavam na cabeça e iam buscar na mina.

Que dizer, tá errado, né?! A própria CODEMAT não deu esta estrutura, mas fala que tinha esta estrutura: tinha água boa, estrada para Vilhena-RO. Na verdade, o movimento era pequeno e um cascalhamento daqui a Vilhena. Daí chegando aqui, todos encontraram dificuldade, (...) E essa mina que ela relata, é a mina que liga a vila operária, perto da (atual³⁸) secretaria de educação. Naquele pequeno córrego ali.” (Trecho da entrevista do pioneiro A1)

Tal episódio foi sinalizado por vários dos pioneiros, pois foi um fato de que a demanda de consumo não era atendida de modo adequado pela colonizadora, e que apesar de três pontos de poços artesianos com bombeamento para reservatórios; era preciso que uma equipe de dois funcionários fizesse o processo de acionamento manual e ainda lidasse com os percalços dos imprevistos mecânicos ou elétricos.

“Era um poço na rodoviária, outra na casa do finado Bodinho, e outro era onde é a bolsa de diamante. Então, destes 3 poços era de 12mil na bomba, outro era de 13mil e o outro era 10. Só que era pouquinho gente, né? Atendia, porque era pouca gente. Só tinha o módulo 1 e o módulo 2. (...) Depois quando abriu o módulo 3 e módulo 4 que foi quando precisou de mais água, foi quando a SEDEMAT veio pra cá. (sic) Daí a água era pouca né, peguemo (sic) a água da Lagoa da Garça aqui na época e abastecia a caixa d’água onde é o DAES hoje. E dali foi ampliando mais, né?! (...) No tempo da CODEMAT cavuquemo (sic) 3, ai dispos que SEDEMAT entrou cavuquemo (sic) muitos, mas nenhum deu água. Foi quando a SEDEMAT resolveu pegar água do rio.” (Trecho da entrevista de Manoel Agostinho dos Santos – Manezinho da água)³⁹

Contudo, o pioneiro Cícero Cosme de Farias apresenta uma narrativa de memória na qual não foi apontada em nenhuma das entrevistas coletadas; ele é o único a descrever detalhes não só da presença de indígenas no território demarcado para o Projeto Juína, e ainda confirma que o espaço natural de uso coletivo da mina de água era compartilhado entre colonos e indígenas:

“Rapaz, o que tinha aqui era índio [Aqui na rua?]⁴⁰ É. Dali, desse setor módulo 1, aqui onde é a SHM hoje, era um bosque (...), mato limpo

³⁸ Incluído pelo autor para identificação temporal.

³⁹ Disponível em: <https://www.metrofmjuina.com.br/pioneiro/46/manoel-agostinho-dos-santos-manezinho-da-agua>. Último acesso: 28/08/2022.

⁴⁰ Pergunta do entrevistador.

por baixo que o pessoal da CODEMAT fez; e aí, o pessoal de fora vinha e se acampava, arrumava a rede ali, os índios também vinham. Ali para baixo tinha uma mina onde o povo lavava roupa, pegava água... [Que ainda tem a mina até hoje ali.]⁴¹ Tem. (...) Lavei muita roupa ali. Eu e minha mãe lavemo muita roupa, muita roupa. Eu levava, ela ia, eu levava com o carrinho de mão, ela lavava e depois eu ia buscar. Isso era no sábado e no domingo.”⁴²

Mediante a narrativa dada por Cícero, nos cabe recorrer aos estudos de Aleida Assman (2011) para compreensão dos espaços da recordação no que a autora descreve, que apesar do espaço ser considerado uma categoria vazia, a atenção volta-se para o local que tem sua significação inespecífica e cheias de segredo. Haja visto que, a tal mina referida atualmente está em uma área privada e fechada por muros em seu entorno. Logo, a memória de geração que a autora classifica não se perpetua, pois mediante aos muros que dão a fronteira do que era público/natural para o que é hoje privado, interrompe a ligação fixa e duradoura com histórias de famílias que ali iam. Entretanto, apesar da autora fazer referência de que tais memória de lugares são mediante a ciclos geracionais dos que tenham nascido e morrido no mesmo local, também nos permite seguir nesta reflexão devido aos locais de família terem uma continuidade; haja visto que, a modernidade não permite mais ter esta perpetuação, e ao contrário, demanda uma consciência móvel e livre de responsabilidade de locais fixos em sua memória.

Os estudos de Guiddens (1991) nos ajudam a compreender que pelo evolucionismo, a modernidade se apresenta com a história contada em termos de um enredo que impõem uma imagem ordenada sobre uma mixórdia de acontecimentos temporais. Haja visto que, esquecer ou silenciar a presença dos indígenas no mesmo espaço e tempo durante as narrativas, é uma forma de elucidar a modernidade pretendida pelo Projeto e mudar o foco da perspectiva atrasada (e precária) que era presenciada, para uma modernidade pretendida e apresentada pela Colonizadora. Assim, segundo Guiddens, “Desconstruir o evolucionismo social significa aceitar que a história não pode ser vista como uma unidade, ou como refletido certos princípios unificadores de organização e transformação.” (ibid, p.11) Logo, buscar a percepção

⁴¹ Intervenção do entrevistador.

⁴² Disponível em: <https://www.metrofmjuina.com.br/pioneiro/74/cicero-cosme-de-freitas>. Último acesso: 28/08/2022.

de Guiddens de modo complementar a análise de Assman se faz necessário para percebermos que apesar de dividirem o mesmo lugar e tempo, há um esquecimento destes indígenas que aqui já estavam em prol do que Bao (ibid) descreve, quanto ao simbolismo de ser um pioneiro colonizador.

3.3. DE VAGABUNDOS À MANTENEDORES DA ECONOMIA LOCAL

Apesar dos processos evolutivos e econômicos que a sociedade brasileira viveu, o sistema financeiro esteve presente desde que os colonizadores europeus estabeleceram as relações comerciais. Em cada momento houve uma forma de quantificar os detentores do poder pela acumulação do que dispunha de mais valor à época, delimitando assim os grupos hegemônicos e já determinando o que vimos até o momento como “Eu/Nós x Outro/Eles. Contudo, apesar dos povos indígenas disporem quase sempre de riquezas em forma de matéria prima em suas terras, são os colonizadores que monetizam e classificam-se superiores enquanto os demais são subalternizados ao seu modo.

“Seríamos tentados a dizer que, no modo de produção capitalista, não pode haver semióforos, pois, no capitalismo, não há coisa alguma e pessoa alguma que escape da condição de mercadoria, não tendo como ser retirado do circuito da circulação mercantil.” (CHAUI, 2001 p.9).

Marilena Chaui (ibid) descreve sobre existir alguns objetos, animais, acontecimentos, pessoas e instituições que podem caracterizar com o termo semiófero. Um termo de origem grega que é composta de outras duas palavras, sinal/signo e expor⁴³; que propicia diferenciar uma coisa de outra, mas também cumpre o papel de um rastro ou vestígio deixado por alguém, para que possa reunir provas a favor ou contra alguém. Contudo, a autora descreve que o “semiófero caracteriza um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição retirada do circuito de uso ou sem utilidade direta e imediata na vida cotidiana porque são coisas provida

⁴³ Há outras sugestões dadas pela autora, mas escolho estas por serem mais coerentes ao proposto.

de significação e valor simbólico.” (p.9) Porém, seguindo esta concepção, podemos considerar os indígenas como o passado expostos a visibilidade moderna capitalista que deu significação a sua existência.

Com isso, precisamos voltar em Giddens (1991) para compreender que com a modernidade, a completa transformação em mercadoria de produtos e trabalho assalariado, instituiu um mundo moderno de sistema capitalista. No qual, devido o distanciamento tempo e espaço se criou condições nas quais organizava-se a forma da presença e ausência vinculada aos indígenas transeuntes do território; que até então, não se caracterizava pelas fronteiras no sentido geográfico, e tais indivíduos se diluíam em grupos que na modernidade divergiam do que se caracterizou “cidadão de bem” pelos pioneiros colonizadores.

“Hoje os fregueses aqui (Fontanilhas)⁴⁴ memo é os indígenas, né?! (sic) Mas os turistas também... (...) deles comprarem aqui com a gente, sim. Toda vida foi, né... No tempo da seringa... Só tinha Seu Edson ali que tinha um mercadinho. Então eles trocavam seringa por mercadoria. Naquele tempo eles compravam tudo de caixa, de fardo, sabe... Toda vida eles compravam. Depois não, eles se evoluíram mais... Ficaram mais assim, né... inteligentes... Hoje vão para Juína hoje (sic), fazem suas compras lá... coisas que faltam, eles compram aqui. Mas hoje eles compram mais em Juína do que aqui. (...) Os fregueses daqui é eles, sem não fosse eles como que viviam (os comerciantes de Fontanilhas)⁴⁵? Né?” (Trecho da entrevista B2)

Já na entrevista que o pioneiro colonizador da família Simionatto⁴⁶, cujo a família foi quem abriu o primeiro mercado em Juína, também narra a presença indígenas em seu estabelecimento; reforça o que foi apurado em Fontanilhas, que além de já estarem presentes em meio a população pioneira, também dispunham de produtos para troca monetária ou propriamente de dinheiro para realizarem compras e participarem do sistema capitalista que invadiu a selva. Contudo, este reconhecimento e narrativa da presença dos indígenas não é visto em suma maioria

⁴⁴ Foi incluso pelo autor para localizar o lugar dado a narrativa.

⁴⁵ Foi incluso pelo autor para explicitar o sentido.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.metrofmjuina.com.br/pioneiro/32/candido-e-reinaldo-simionatto>. Último acesso em: 29/08/2022.

das entrevistas analisadas; tanto que, em conversa no bar após um morador ouvir uma das entrevistas com um dos pioneiros de Fontanilhas, foi relatado que vinha um grupo de indígenas e passavam o dia no lado dos serralheiros enquanto manuseavam as máquinas e as madeiras na serraria pública do distrito. Pois depois os Rikbaktsa montaram uma serraria em uma de suas aldeias para aproveitar do nicho comercial que era comum na cidade.

“A pedagogia do Rikbaktsa nasce do interesse, (...) ela é concentrada numa necessidade específica ou coletiva de se aprender algo. E se eu quiser aprender, eu sento, ouço, coloco em prática, mostro pra você se está certo. Pode ser um canto, pode ser um artefato, pode ser o que for. Se eu tiver o interesse, eu vou atrás do conhecimento e vou atrás de um especialista para poder me ajudar.” (Trecho da entrevista C2)

Assim, a afirmação de Oliveira (1996) quanto as relações entre não indígenas e os povos indígenas não tenha sido dada de modo uniforme, se apresenta lícita. Através das entrevistas foi possível saber que o povo Rikbaktsa por exemplo que já falava a língua portuguesa devido a ter tido muitas de suas crianças e jovens enviadas ao Utiariti⁴⁷, daí veio a montar uma serralheria em uma das suas aldeias e por meados da década de 1980 já começaram a também vender suas castanhas. Porém, para compreendermos a licitude de Oliveira (ibid) é necessário ter ciência de que o povo Cinta Larga compreendia bem pouco a língua do não indígena e o Enawenê-nawê que até dias atuais só os mais velhos ou lideranças dominam a língua oficial do Brasil.

E para propiciar uma interpretação sociológica do episódio, podemos ter uma reflexão empírica com a lógica da ética protestante e o espírito capitalista dado por Max Weber (1999); já que, historicamente a missão jesuítica segue ideologia católica, e no caso de Juína a primeira igreja construída na cidade foi a presbiteriana. Apesar da lógica humanista do viés católico e a perspectiva técnica na linha protestante apontada por Weber, ele demonstra que a concepção da ética para os protestantes se mistura com a concepção do trabalho que possui um valor em si e

⁴⁷ Foi um internato jesuíta na região do município de Campo Novo, que mantinha crianças e jovens indígenas sobre a obrigatoriedade do ensino cristão; da fala, leitura e escrita da língua portuguesa; e promovia a paz entre os povos indígenas para incursões de seringalistas e funcionários do Estado (no caso citado, foram os da construção do telégrafo).

merece uma dedicação central na vida; ao invés da lógica do trabalho como algo meramente de sobrevivência. Logo, se visto a lógica da expressão “tempo é dinheiro” que estrutura a vida dos sujeitos como fato mais importante para o espírito capitalista; os indígenas que ainda não tinham nenhuma experiência que os colocasse num distanciamento de tempo e espaço, foram e são estigmatizados como ociosos, preguiçosos e até vagabundos por suas culturas sociais não serem eminentemente pautadas pelo labor aos moldes capitalistas.

3.4. O SAQUE DAS RIQUEZAS DOS POBRES PARENTES

É comum ouvir entre povos indígenas diferentes se chamando de parentes, pois significa apenas um sentido que compartilham de alguns interesses em comum quanto aos direitos coletivos, a história de colonização, ou pela autonomia sociocultural de seus povos frente a uma sociedade globalizada. (LUCIANO, 2006) Tanto que, na Constituição Federal de 1988, no artigo 231, que se refere ao reconhecimento da organização social dos índios, também fica tangendo à União demarcar, proteger e fazer respeitar todos os bens presentes nas terras indígenas como deferido direito originário.⁴⁸

“O primeiro a ser expropriado é o índio; e o segundo é o posseiro. Os grandes negociantes de terras (grileiros, latifundiários e empresários, nacionais e estrangeiros) monopolizam a terra em escala crescente. Vencem os índios, caboclos, sitiantes e posseiros, com base em seu poder econômico, pela burocracia ou pela violência.” (IANNI, 1979, p. 23)

Ao levar em consideração que o processo de ocupação do centro-oeste ter sido sob o período de “segurança nacional”, no curso de presidentes militares, e com o lema “ocupar para não entregar”; temos a Amazônia deixando de ser um risco eminente para ser considerada um potencial econômico a disposição comercial do governo e conglomerados econômicos. Ianni (1979) escreve que o governo de modo astuto distribuiu algumas terras para evitar uma reforma agrária, e que acabou sendo

⁴⁸ Disponível em: https://adelco.org.br/outros_documentos/glossario-politico/. Último acesso: 21/10/2022.

uma espécie de “pano de fundo” da política governamental de colonização dirigida. Para isso, criou-se a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, que ao conceder a CODEMAT o direito de comercializar terras devolutas, precisaria da legalidade institucional que: regulamentasse, promovesse, coordenasse, controlasse a colonização e as linhas de crédito; daí se instituiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA para tal função, e que seguiu sobre o pretexto de reforma-agrária sob a prática da colonização, com fim exploratório e de povoamento, transvestida de política pública. (PEREIRA SANTI, 2016)

Sob a missão de colonizar e civilizar, a empresa colonizadora seguiu seu plano e causou um desequilíbrio ambiental imensurável que percebe-se na aculturação de povos indígenas, na transformação do posseiro em “peão de trecho”, de trabalhadores do garimpo em “foras da lei”, deixando mais evidente os impactos do processo extrativista e da manipulação dos recursos naturais para atender o desenvolvimento desenfreado da modernidade em prol de um enriquecimento de poucos indivíduos ligados aos setores públicos e privado. Em consequência disso, hoje em dia boa parte das formações vegetais nativas dos biomas Cerrado e Amazônia foram convertidas em áreas destinadas a produzir grãos e carne, que são transportados por caminhões. (SANTOS, 2020 p.18)

Não podendo separar o processo histórico de colonização no Brasil e da colonialidade de poder repetida em Juína, é preciso não só sinalizar a posição privilegiada dos grupos não indígenas dominantes no território, mas como também a articulação política que permitiu-lhes concentrar o controle do capital, do trabalho, matéria prima, e dos recursos de produção no conjunto do mercado mundial. Apesar de, o Estatuto do Índio de 1973 (BRASIL) já destacar sobre ordenamento jurídico de áreas indígenas, ter o decreto 64.860 de 23 de julho de 1969 que criou o Parque Indígena do Aripuanã (RAMOS, 2022), e em 1984 tenha sido identificada a terra indígena dos Enawenê Nawê que veio em 1996 ser homologada; a sociedade migrante de não indígenas que colonizaram Juína sob autorização federal e como condição, comercializassem juntamente com a empresa colonizadora terras e madeiras que constitucionalmente estavam ilegais.

“O progresso vai passar por Juína! Vai passar o rio Juruena! (...) A desvalorização das terras daqui, comparada com Rondônia (...). Depois que o progresso entrou por aqui, (...) as terras do Rio Preto têm 70mil, 100mil alqueires. Coisa que, antes do progresso pular pra cá, você comprava terra mil conto o alqueire (sic) ali e ninguém queria. As pessoas falava que aquele terra não prestava (sic), (falava que os índio ia tomar⁴⁹) que os índio ia tomar. Muita gente deu de graça... A questão daquele índio toma ali também, (...) foi força política. Doutor Hilton fez o papel muito importante. Nilson Leitão, nessa última eleição eu votei no Nilson Leitão lembrando do que ele fez nas reuniões para encarar e fazer valer o acordo para que os índios voltassem pro lugar deles. (sic) Nós tivemos políticos que brigaram muito por isso aqui. Um foi o Hermes, outro Nilson Leitão, o então Doutor Hilton... São pessoas que tinham influência com os grandes em Cuiabá, e que fez com que as coisas acontecessem. As coisas não aconteceram por acaso.” (Trecho da narrativa de José Almeida Beiral)⁵⁰

Durante a entrevista A4 e no relato do Manesinho da água⁵¹, citaram os nomes Canário e Tacaré; que foram índios trazidos de Brasília pela CODEMAT para mediar a comunicação com os indígenas que constantemente apareciam no trecho durante as obras de abertura da AR-1. Contudo, o pioneiro colonizador José Ferreira Lima Junior⁵² relata que em seu trabalho para o projeto da diamantífera em meio a mata, era guiado por indígenas que por aqui já estavam e falavam a língua portuguesa; mas também, durante a narrativa do Manezinho é referido de ter grupos indígenas da etnia Cinta Larga que caminhavam vinte seis dias mata adentro até Cacoal-RO depois de terem sido levados pela SUDECO de avião para a base na Serra Morena em Juína, pois sempre voltavam e acompanhavam os acampamentos do trecho para comerem das refeições feitas aos trabalhadores das obras da AR-1. Porém, a pioneira colonizadora Terezinha Fogaça Sobrinho Gonçalves⁵³ que foi a primeira professora a lecionar em Juína, relata que havia muitos índios Cinta Larga na cidade; ao ponto de espantar a pioneira colonizadora Terezinha Braga de Oliveira, pois ela relata que tinha medo dos indígenas devido a andarem todos nus em meio ao bairro industrial.

⁴⁹ Intervenção do entrevistador durante a narrativa.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.metrofmjuina.com.br/pioneiro/75/jose-almeida-beiral-e-elza-conceicao-bolsoni-beiral>. Último acesso: 04/09/2022.

⁵¹ Disponível em: <https://www.metrofmjuina.com.br/pioneiro/46/manoel-agostinho-dos-santos-manezinho-da-agua>. Último acesso em: 04/09/2022.

⁵² Disponível em: <https://www.metrofmjuina.com.br/pioneiro/49/jose-ferreira-lima-junior-e-elzira-saletebergamin-lima>. Último acesso: 04/09/2022.

⁵³ Disponível em: <https://www.metrofmjuina.com.br/pioneiro/101/professora-terezinha-fogaca-sobrinho-goncalves-e-lorival-goncalves>. Último acesso em: 04/09/2022.

Figura 13: Indígenas trazidos para mediação com os povos originários



Fonte: Site Metro FM Juína

“(…) a história pode ser percebida já não só como algo que ocorre, seja como algo natural ou produzido por decisões divinas ou misteriosas como o destino, mas como algo que pode ser produzido pela ação das pessoas, por seus cálculos, suas intenções, suas decisões, portanto como algo que pode ser projetado e, conseqüentemente, ter sentido (QUIJANO, 2005 p. 124 apud QUIJANO, 1988b).

Quijano (ibid) sinaliza que no universo das relações intersubjetivas entre os indivíduos e entre povos integrados constituem um novo sistema-mundo e seu específico padrão de poder mundial. A modernidade no aspecto referido pelo pioneiro colonizador José A. Beiral, dá conta no que Quijano se refere as alterações na dimensão material das relações sociais; em que segue a linha das determinações capitalistas na qual os controladores do poder permitem a interpretação da libertação

das pessoas através do horizonte da modernidade. Tanto que, podemos observar que a narrativa do pioneiro colonizador Irineu Domingues da Costa – o Ico do posto⁵⁴, representa a mesma linha de modernidade; pois ele diz que se aproveitar as terras que estão em sentido Vilhena-RO para agricultura, Juína vai ser mais rica e desenvolvida. Porém, como pode ser visto na figura 12, as terras sinalizadas são áreas indígenas e protegidas por lei; contudo, o pensamento/espírito controlador/colonizador demonstra através das narrativas e do tempo que, tanto os índios quanto as terras indígenas são pertencentes à Juína.

Tal narrativa corrobora com o cenário perpetuado em Juína, e que em 2007⁵⁵ foi manifestado através do conflito entre fazendeiros e representantes do Greempeace, que estavam em Juína para fazer uma matéria de denúncia das constantes irregularidades e necessidades que os indígenas Enawenê Nawê estavam passando. Em que na ocasião, durante a reunião deliberativa na Câmara Municipal de Juína, políticos e fazendeiros (agronegócio) deixam claro que consideram não só as terras indígenas como suas, mas os indígenas também. Logo, as distinções do pensamento abissal se tornam evidentes, principalmente no que se refere submissão x liberdade; em que tal diacronia, caracteriza a herança do pensamento colonial eurocentrista dado por uma elite burguesa.

3.5. DA PENUMBRA À SOMBRA, O APAGAR DAS LUZES

“Tudo o que constitui a fragilidade da identidade se revela assim oportunidade de manipulação da memória, principalmente por via ideológica. Por que os abusos são, de saída, abusos do esquecimento?” (RICOEUR, 2007 p. 455) Podemos aqui dizer que essencialmente a recordação e o reconhecimento nos permitiu constituir uma visão externa das memórias dadas pelas narrativas, constituindo uma percepção do passado compartilhado pelos pioneiros colonizadores; que em sua vez, nos leva a compreender que se sobressaiu um grupo que tinha nítida posição de sujeito para

⁵⁴ Disponível em: <https://www.metrofmjuina.com.br/pioneiro/92/irineu-domingues-da-costa-ico-do-posto-e-dorvalina-rosa-de-oliveira-da-costa>. Último acesso em: 04/09/2022.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q9esNX7bzHY&t=3s>. Último acesso: 04/09/2022.

narrativas e outros grupos que seus integrantes nem reconhecimento como sujeito se tinha.

Ao pensar que a ideia de sociedade deixa de ser uma proposta de social meramente objetiva e se transforma de modo inerente em instrumento de recordação, traz a necessidade de observação sob a ótica de Laclau (2013) quanto ao significante vazio. Haja visto que, os próprios recursos retóricos se tornaram instrumentos de uma racionalidade social ampliada e já percebemos que não temos mais condição para subestimar uma interpelação ideológica como algo meramente retórico. Logo, ao traçar as sequências discursivas das memórias apuradas, nos permite a compreensão de que um movimento social dos pioneiros colonizadores desempenhou um papel político ideológico que interliga todas as esferas de poder político.

Como descrito no início desta pesquisa de dissertação, no primeiro concurso público para composição do hino municipal de Juína não teve obras musicais que fizessem referência aos povos indígenas como integrantes da sociedade na qual este símbolo viria representar. Ação na qual evidencia a distinção e nítida invisibilidade social destes povos nativos que já se encontravam em Juína, e reforçado a perspectiva da colonialidade de poder, o edital 01/2020 apresentado pelo Departamento de Cultura Municipal e do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural premiou o compositor Alexandro Cordeiro após 598 votos válidos; no qual veio enaltecer as riquezas de Juína, valorizar os pioneiros colonizadores, e posicionarem convenientemente o espaço dos povos indígenas:

Na floresta ela nasceu
Com sublime esplendor
E raiando sua luz
Já mostrando seu fulgor

Foi crescendo, prosperando
Todos juntos sem temor
Com trabalho sempiterno
Com constância e valor.

Oh! Juína, sempre bela,

**Com seu solo encantador!
Nós saudamos esta terra,
Grande lar de amor!**

Noroeste em Mato Grosso,
És rainha da floresta
Suas matas colossais
E diamantes magistras

Os seus rios caudalosos
O sustento sempre traz,
Vossos campos verdejantes
Trazem vida e muita paz.

**Oh! Juína, sempre bela,
Com seu solo encantador!
Nós saudamos esta terra,
Grande lar de amor!**

Quando a história começou
O pioneiro a desbravou,
O imigrante apoiou
Labutando com fervor

Com o indígena na floresta
Um só povo se tornou,
Tua prole tem história
E futuro promissor

**Oh! Juína, sempre bela,
Com seu solo encantador!
Nós saudamos esta terra,**

Para além desta demarcação de Nós (civilizados/urbanos/modernos) x Eles (incivilizado/selvagem/atrasado) que reforça ainda mais a posição dos estabelecidos (pioneiros colonizadores) x outsiders (povos indígenas), podemos observar sob a ótica linguística da toponímia alguns processos da construção identitária de Juína. Dick (1990 apud KELLER e LEÃO, 2020) pontua que a toponímia é uma das atividades humanas mais significativas, pois ela reflete a compreensão do humano acerca da realidade; principalmente por atribuir a linguagem de forma a significativa os lugares que ocupa.

E estudos de Pierre Nora (1984) corroboram para esta análise, pois o autor reconhece lugares de memória não só um espaço físico, mas sim todos os sinais de reconhecimento e de pertencimento de um grupo em uma sociedade que só reconhece como cidadãos seus pares sob o mesmo rótulo. Assim, o fato de no hino especificar “Com o indígena na floresta” e depois seguir “Um só povo se tornou”, anteriormente enaltecer o colonizador e o imigrante com ênfase em um povo ativo em ação, sugere uma interpretação do indígena como mais um elemento natural do território e não um elemento de memória deste povo que diz ter se tornado. Logo, na sequência da mesma estrofe diz: “Tua prole tem história” e depois “E futuro promisso”, permitiria uma abrangência quanto a identificação da prole de Juína; mas que nesta pesquisa fica evidente a perspectiva de qual história é referida neste hino e para quem tem o futuro promissor.

Dessa forma, se observou como os espaços públicos de Juína são nomeados e de que maneira teria significação a memória da cidade. Da forma que, lêssemos o léxico como o elo da linguagem com a realidade, pois relaciona o processo de nomeação e cristalização das palavras/termos com a cognição do humano. Nessa toada, foi levantado desde o nome da cidade até os nomes de ruas e bairros que pudéssemos compreender se há alguma referência direta a memória da cidade ou dos que por aqui já estavam. Porém, apesar da popularização e vinculação direta do nome da cidade ser dado pela grafia da etnia Pareci, o Manésinho da Água apresenta

⁵⁶ Disponível em: <https://www.metrofmjuina.com.br/noticia/1420/juina-ja-tem-seu-hino-oficial>. Último acesso em: 05/09/2022.

outra versão: “-Era uns americanos que estava de fora aqui, né?! Ai, ficou com o nome de Juína.” E continua exemplificando a origem dos nomes dos rios Perdido e Relógio, que ironicamente estes lugares receberam seus nomes em significação a falta de memória; haja visto que, o primeiro não constava no mapa por (desconhecimento ou) esquecimento de quem confeccionou o mapa, e do segundo ter sido onde o chefe de um dos grupos de frente da obra esqueceu o relógio que retirou para se banhar no rio.

Contudo, foi apurado os atuais nomes das vias públicas e dos bairros de Juína em 2021 para verificação toponímica, buscando encontrar algum nome de referência indígena. Visto que, em campo e em visita a Câmara Municipal, foi coletada a informação de que as primeiras ruas seguiram a proposta corotopônima, faziam referência as cidades e estados oriundo da maioria dos moradores que naquela via estabelecessem residência. Porém, foi identificado que também tiveram vias com nomes fitotopônimos que traziam referência a tipos de madeiras/árvores, e outras poucas vias que traziam nomes de origem indígena. Mas as vias com nomes indígenas não eram referência a povos, mas sim seguindo o método corotopônima.

Em campo foi apurado que antes da primeira década de trabalhos na Câmara Municipal de Juína, vereadores foram mudando os gradativamente alguns dos primeiros nomes de logradouros que os residentes eram oriundos; e vindo homenagear alguns dos pioneiros ou organizar setores de acordo com a vontade política do período. Assim, com tais mudanças, se deixou sem nenhum léxico toponímico aos povos indígenas que em Juína já estavam. Contudo, apesar de durante o período desta pesquisa não ter disponível em nenhuma fonte digital e não ter sido encontrado nenhum documento oficial que relatasse os significados presentes no brasão de armas da bandeira de Juína, foi apurado em campo com ex-funcionários da Casa de Cultura Municipal uma referência aos povos Enawenê Nawê e os Cinta Largas pelos cocares dentre os ítems; caracterizou-se os povos que territorialmente estão no limítrofe juinense, reforçando que apesar do processo histórico e da atuação constante na história da cidade, que os Rickbaktsa não compõe esta sociedade.

Figura 14: Brasão de armas de Juína



Fonte: MBI

Figura 15: Bandeira de Juína-MT.



Fonte: MBI.⁵⁷

Entretanto, apesar das vias públicas não constarem nenhum registro com nomenclaturas indígenas, há um monumento dos pioneiros que traz a figura do índio. Uma escultura feita pelo artista Ilto Silva, que foi fruto de um edital patrocinado pelo

⁵⁷ Disponível em: <https://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolopedia/municipio-juina-mt-br/>. Último acesso em: 04/09/2022.

Estado, que simboliza uma homenagem aos pioneiros de Juína; contudo, a obra de arte possui quatro personagens/elementos: o indígena, um homem sentado, uma mulher e uma criança que estão entorno de um tronco que simboliza as dificuldades e as oportunidades que a floresta proporcionou aos pioneiros de Juína.⁵⁸ Porém, apesar de constar os 4 elementos em uma só obra, pode-se observar no intervalo entre os personagens não indígenas e o indígena no mesmo monumento; no qual, nos leva a refletir se a própria arte visual não veio reforçar a ideologia de um grupo de pioneiros colonizadores (nós/estabelecidos) de um lado da floresta e os indígenas (eles/outsideers) de outro.

Figura 16: Perspectivas do Monumento dos Pioneiros.



⁵⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=3006568242783804>. Último acesso em: 05/09/2022.



FONTE: Do Autor, 2022.

No conceito de lugares de memória que Pierre Nora (1984) nos apresenta, se observados com a perícia histórica e contexto ideológico exercido no território, é possível analisar discursos e comparar com a prática, neste momento com a arte. Visto que, de um lado os pioneiros representados por uma família – pai/homem, mãe/mulher e criança/prole – e de outro apenas um homem indígena adulto; diretamente nos remete a mensagem do hino municipal, no qual se refere a uma prole e um futuro promissor. Haja visto que, se fosse um só povo e visto como iguais, ao lado do indígena retratado na obra, também estariam uma mulher e uma criança em consonância a construção permanente de um só povo com as proles nativas e migrantes aproveitando do mesmo futuro promissor.

“Sócrates propõe o seguinte ataque: Seja a questão: ‘Suponhamos que viemos a saber alguma coisa; que, desse mesmo objeto, ainda tenhamos, ainda conservemos a lembrança: é possível que, naquele momento, quando nos recordamos dele, não saibamos aquilo mesmo que estamos recordando?’ – embora pareça que estou iniciando um longo discurso, o que quero perguntar é se, uma vez que aprendemos alguma coisa, não o sabemos quando dela nos lembramos” (163d) (RICOEUR, 2007 p.27)

A condição indígena de estar na penumbra da história juinense é reflexo de um processo conduzido, que mediante ao ataque reflexivo dado por Sócrates (ibid), nos leva a compreender que o fato do índio aparecer ou ser lembrado em determinadas situações não os tornam visíveis socialmente ou integrados na história da sociedade juinense. Haja visto que, um museu salesiano da diocese foi criado em Juína sob o objetivo de registrar a memória cultural da Região. E com isso, tem em suas instalações objetos e ornamentos de algumas etnias indígenas de Juína e região; mas também, desde vestimentas até acessórios e cartas documentais de sacerdotes católicos. Porém, apesar de uma diversidade de itens ligados a cultura indígena, não há a mesma curadoria em apresentar ou esclarecer mais das etnias que são separadas por sessões nas vitrines expositivas.

Figura 17: Museu da Diocese de Juína



Fonte: Foursquare⁵⁹

Dessa maneira, apaga-se as luzes dos holofotes da história que deviam apontar para os povos indígenas que por aqui já estavam e dispunham de suas próprias histórias. Haja visto que, qual a serventia de um museu que se intitula o portador da memória cultural de uma região e não da luz documental de modo público aos seus visitantes sobre os indígenas durante a colonização deste território; tão pouco, sua curadoria se faz presente em manutenção dos documentos, fotos e gravações que possam não só ilustrar as habilidades artística das etnias indígenas, mas também promova de modo inteligível o recordar da cultura geral destes povos e o porquê recordar além do mito fundacional de Juína.

⁵⁹ Disponível em: <https://pt.foursquare.com/v/museu-da-diocese-de-ju%C3%ADna-a-mem%C3%B3ria-cultural-da-regi%C3%A3o/610f5dac5c64b23644428c84>. Último acesso: 05/09/2022.

3.6 – A QUEM INTERESSA O APAGAMENTO? UMA BREVE PONTE DO PASSADO PARA O FUTURO.

Com a emergência do pós-modernismo, o conceito de ideologia foi questionado em meados de 1980, com contribuição de produções acadêmicas que afirmavam a vitória do liberalismo sobre o socialismo; evidenciando a predominância do indivíduo sobre o coletivo, e do mercado sobre o planejamento. (MOTTA e SERRA, 2014) Tanto que, Marilena Chauí (2000) reforça ao afirmar que a lógica organizacional do neoliberalismo é estruturar todas as instituições sociais em empresas, desde escolas até o Estado funcionarem conforme empresas; tudo é pensado a partir do mercado e da ideia empresarial em que homogeneiza a sociedade para lógica capitalista.

Chauí (ibid) aponta que o discurso ideológico é cheio de espaços vazios, assim como lacunas de uma frase discursiva; justamente para que ele exerça poder sobre todos sujeitos sociais e políticos de modo coerente com o uso do que é oculto, do que não é dito. E no uso da ideologia neoliberal com o protagonismo do Mercado como uma entidade estranha, podendo considerá-lo um sistema abstrato se utilizado o conceito de Giddens (1991); pois ao definir o mercado como uma entidade, é deixado de lado uma lacuna de quem compõe este grupo – os capitalistas, detentores dos meios de produção, e seus representantes - , promovendo um desencaixe nas relações sociais por extensões indefinidas em um reencaixe que modela a classe subalternizada em comprometimento de tempo e espaço para compromissos baseados na confiança de contatos pessoais com rostos conhecidos ou até sem rosto (no caso de instituições públicas/privadas).

Essas observações se fazem válidas em entendimento do discurso que precisa ser analisado justamente no que não foi dito, e que preenchem as lacunas apontadas por Marilena Chauí (ibid) quando analisadas as narrativas dos pioneiros colonizadores de Juína. Visto que, a empresa colonizadora fez um chamamento para que colonos, empresas e indústrias empreendessem nas terras devolutas que estavam sendo abertas para desenvolvimento de uma cidade. Contudo, apesar de se tornarem uma sociedade e terem características que os homogeneizam-os em categoria de pioneiros colonizadores (BAO, 2017), fica oculto as diferenças econômicas e as classes nas

quais estes mesmos indivíduos pertencem apesar das características que os creditam ao pioneirismo.

Nesta seara, é que apesar de não haver registros de neoliberalismo oficialmente no país, o estímulo de levar os colonos a serem empreendedores do agronegócio, os posicionam em disputa direta e indiretamente para ganhos financeiros aos moldes norte-americanos. Contudo, Verônica Gago (2018) nos permite compreender que a sociedade latina seguiu a mesma lógica, mas de modo cooperativo; e ainda explica que, perder o estado de bem-estar social do seu local de origem para uma aventura incerta, não era tão absurdo ou fora da realidade assim. Haja visto que, a auto empresarialidade que leva a responsabilidade sobre si e sobre os riscos, é que justamente, nos propicia entender que esta lógica não depende mais do Estado ou do Mercado como em sua origem em governos ultraliberais; mas sim que, é uma lógica de baixo para cima, de uma racionalidade entranhada na população, que buscou a conquista de renda à direitos extensivos, com forte repulsa a movimentos sociais, um resquício da lógica norte-americana.

Tendo em vista que, Gago (2018) apresenta uma interpretação dos moldes neoliberais criados a partir de baixo, do povo e sua forma de interação social e econômica que nos permite identificar tais traços dentre os pioneiros colonizadores de Juína; pois segundo Canclini (1997), a sociedade que é pautada por uma série de valores e questões materiais, financeiros e tecnológicos que criam não só um valor, mas um poder simbólico daqueles que detém do que é mais moderno. Neste processo, que Canclini (ibid) pontua a hibridização da cultura relacionada a uma dualidade antagônica (atraso x avançado / arcaico x moderno / primitivo x civilizado / local x global) sob o sentido de que é inerente a uma sociedade e o que é exterior. Logo, a análise de um possível neoliberalismo no início do processo colonizador juinense, é dada por compreender que colonos empreendedores se moldaram ao jogo do poder político-econômico de modo cooperativo apesar da disputa de mercado, e que criaram um molde latino à época até chegarem ao tempo político da esfera nacional.

Justamente por falta da percepção das posições do sujeito vistos na metodologia de Laclau e Mouffe (MENDONÇA, 2009) que agem sob o processo ideológico trazido ou desenvolvido pelos detentores do capital e dos representantes

de grandes instituições privadas, que podemos observar que o “não dito” tratado por Pollak (1989) cumpre o papel subjetivo das ações práticas. Visto que, apesar do neoliberalismo ter dados que aponte seu início no início da década de 1990, o Mato Grosso sofria um processo de intervenção para desenvolvimento econômico desde 1968 sob a doutrina de segurança nacional; período no qual foi apontada interferência do Governo norte-americano e de intervenções de economistas ligados a Escola de Chicago no Governo brasileiro através da embaixada dos EUA, na qual podemos deduzir a influência no que dizia respeito aos modelos do desenvolvimento de mercado para exportação de matéria prima (que Juína e todo Mato Grosso tinham fartura) e demanda de recursos financeiros para financiamentos ruralistas.

Dentre as informações coletadas em campo, houve o relato de que o ex gerente da colonizadora e que veio a ser um agente político influente em Juína, é auto declarado sob a posição ideológica de direita no que se refere a política; vindo a ser candidato pela antiga ARENA, partido no qual foi fundado com finalidade de sustentar politicamente a ditadura militar, sob o golpe de 1964. Logo, podemos associar que as diretrizes políticas e influência das ações da colonizadora cumpriam a lógica ideológica de privilégios ao grupo mantenedor do Estado Nação em prol do desenvolvimento do Mercado no processo inicial em Juína. Contudo, apesar das diretrizes desta ideologia estarem presentes nas relações sociais de modo subliminar, ela dependia da homogeneização das narrativas, desde o silêncio até o esquecimento dos processos na colonização, quanto a posicionamentos/ações direcionadas as relações de produção econômica e da esfera política.

Com isso, ao compreender que o discurso é tudo aquilo que tem/gera um significado, e que articulam-se palavras e ações individuais/coletivas, proporcionando a inteligibilidade de/para uma realidade; é que se configura uma prática discursiva que visa não seguir como exemplo o argumento específico do antagonismo de classe sob a Economia, mas sim observar como sobredeterminações promovem um constante deslocamento de elementos secundários vindo a tornar-se o principal de acordo com um contexto determinado, tempo e/o espaço que se busca explicar/defender.

Assim, a linha ideológica favoreceu a hegemonia de um pequeno grupo através do uso do social na engrenagem política; pois o que antes fora um critério (desmatamento) para uso do espaço por imigrantes, tornou-se uma prática econômica

que não se prende a fronteiras ou limites jurídicos. Haja visto que, o elemento desenvolvimento/modernidade vir como pauta principal não deixa em evidência os personagens que promoveriam tal ação e quais os impactos sociais resultantes desta empreitada; tanto que, o mercado extrativista que avançou desenfreadamente e foi abrindo campo para a pecuária, não só se tornou um grupo forte como uma referência até os dias atuais, denominando-se agronegócio.

Em 2021 este grupo sob diretrizes da ideologia hegemônica elegeu um Presidente da República que segue a mesma doutrina do período que Juína foi colonizada, e que defendeu um dispositivo jurídico publicamente de especial importância para eles. Visto que, foi manifestado à lume o interesse pelo legislativo (por parlamentares ligados a bancada BBB⁶⁰) para alterações no procedimento de demarcação de terras indígenas, em que na atual conjuntura nacional deixa latente os interesses antagônicos⁶¹ de um lado do grupo de empresários do agronegócio que desejam ampliação de terras para expansão da agricultura e pecuária, sob promessa de prosperidade econômica; e do outro os povos originários lutando para manter sua cultura, seu estilo de vida, com respeito, dignidade e autonomia.

Tanto que, nesta “modernidade” que o colonialismo político se baliza enquanto forma de dominação (da população indígena), se impõe através do capitalismo. Tanto que, a colonialidade de poder e de saber apontada por Aníbal Quijano (2009), remete a um panorama com intervenções para proveito de uma classe que ecoa esse pensamento, frente a luta decolonial e sob as garantias de direitos dos oprimidos desta balança político capitalista no Brasil. Há, portanto, distintas práticas articuladas entre si (econômica, política, ideológica e teórica) que reforçam o propósito da invisibilidade, da não-sociabilidade, e principalmente sob a perda de direitos dos povos indígenas; em que claramente em reflexo do que foi orquestrado no início da colonização, se propaga até dias atuais sob a sombra desta sociedade com o apagamento do vestígios históricos.

⁶⁰ Bancada da Bala, do Boi e da Bíblia. Apelidada assim pelo perfil dos deputados que compõe estas frentes. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509963/noticia.html?sequence>. Último acesso em: 22/10/2022.

⁶¹ Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/09/agronegocio-financia-bancada-da-bala-que-elege-meio-ambiente-e-povos-do-campo-como-alvos/>. Último acesso em: 22/10/2022.

4. CONCLUSÃO

O intuito de dar luz a sombra dos fatos que levaram a invisibilidade dos indígenas em Juína, segue dois propósitos: o primeiro é que vai de encontro ao momento no qual o atual Governo Federal dissemina dispositivos para cumprir sua promessa de não demarcar terras indígenas e de negligência junto a de proteção por parte da FUNAI. Haja visto que, o risco de novos genocídios de povos indígenas em 2022 é real e teve de haver a intervenção do Supremo Tribunal Federal – STF; na qual o Ministro Fachin recorreu o art. 12-f da Lei 9869 de 1999, intimando a Presidência da República e a Fundação do Índio prestarem informações pertinentes da oitiva antes de se realizar o exame de medida cautelar.⁶² E o segundo, em específico na cidade, já que no ano de 2022 na comemoração de 40 anos de Juína teve como lema “lembrar o passado e projetar o futuro”; no qual priorizaram uma narrativa histórica baseada nos segmentos econômicos da extração de madeiras, agricultura, minério e pecuária desde a emancipação.

Desta forma, a celebração do aniversário da cidade de Juína veio a reforçar os resultados alcançados sob o objetivo de conhecer os elementos constitutivos do processo de colonização da cidade; haja visto que, as narrativas coletadas através da pesquisa deste trabalho em suma maioria deixa claro a invisibilidade dos indígenas que já estavam desde antes, durante e depois da emancipação de Juína mesmo dentre a sociedade que se constituía neste território. Logo, não só na memória coletiva dos pioneiros foi encontrado esta sombra, mas também nos ditos locais de memória, no silêncio institucional quanto aos povos indígenas, e na condução do esquecimento; proporcionando assim, uma perpetuação da não sociabilidade entre indígenas e não indígenas no território.

Para esta observação, pude em campo registrar 13 entrevistas iniciais seguindo o propósito de buscar os pioneiros mais próximos dos limítrofes, colonizadores vinculados a instituições públicas e/ou privadas, e profissionais da educação do município; e de forma secundária foram analisadas 81 das 97⁶³

⁶² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/07/02/bolsonaro-tera-de-prestar-informacao-ao-stf-diante-de-acao-de-indigenas.htm>. Último acesso em: 07/09/2022.

⁶³ Pois 16 entrevistas fugiam do recorte temporal (1978-1985) delineado para esta pesquisa.

entrevistas, que além de serem dos mesmos perfis delineados nesta pesquisa, também propunham a narrativa das entrevistas sob perguntas orientativas similares. Contudo, mediante as narrativas dadas a mim em campo só terem abordado sobre os indígenas após minhas perguntas diretivas; considereei válido o resultado obtido das entrevistas secundárias, pois de forma espontânea ainda obtivemos 11 narrativas de memória que abordaram em algum momento a palavra índio ou indígenas.

Sendo assim, a hipótese inicial que norteou esta pesquisa de fato se concretizou; o processo de colonização de Juína evidentemente não favoreceu uma sociabilidade entre indígenas e não indígenas. Haja visto que, apesar da permanência, circulação e uso de espaços públicos em comum de indígenas e pioneiros colonizadores, quase não se é registrado na memória coletiva. E pior, nitidamente há uma intenção de apagar os rastros desta memória sob a função do não dito e do esquecimento das matrizes que faziam dos indígenas estabelecidos e não outsiders como os transformaram; ao ponto de proferirem discurso de ódio em alguns casos e a invisibilidade em outros ter chegado as gerações mais novas, devido a não se dar luz ao que aconteceu a estes povos e sim só os usarem como entretenimento ou fonte de renda.⁶⁴

O que se percebe é que o problema encontrado de não sociabilidade não será resolvido em curto prazo, mas que é possível através de um governo progressista realizar políticas públicas de inclusão e de promoção da cultura além da valorização da arte em si. Pois é preciso atrelar o financiamento, a investigação e os resultados em programas socioculturais; que sob medida educativa traga o conhecimento, o debate e a reeducação social para o exercício da equidade social no município de Juína. Assim, em perspectiva de 5 a 10 anos desta árdua atividade social, possa-se

⁶⁴ Presenciei mais de uma vez alunos do segundo ciclo do ensino fundamental da educação básica da rede pública de Juína repetindo críticas sob as mesmas palavras que os pioneiros discursam e em outros momentos ignorando a presença ou participação de alunos indígenas nas atividades em grupo assim como demonstrado nas narrativas de memória dos entrevistados. Ido conferir o histórico desta unidade escolar e das demais da cidade, foi identificado que não cumprem a Lei nº 11645 de 2008, que surge com intuito de mudar os conceitos preconceituosos e discriminatórios em relação aos povos indígenas. Ao ponto, de ter adolescentes que consideram a característica dos olhos puxados de alguns alunos serem de descendência chinesa e não indígena; e ao descobrirem a real ancestralidade, chegam a mudar o comportamento e aproximação com as crianças indígenas. E sim, convidam os povos indígenas para apresentação de dança em eventos da cidade, das escolas ou visitação em excursão escolar para conhecer como é uma aldeia; ou, aproximam de modo a buscarem realizar projetos culturais ou empreendimentos turísticos com os indígenas, na justificativa de ser uma demanda dos povos nativos.

conseguir em até 20 anos ter material coletado para uma história contrapelo e confrontar sem medo o mito fundacional que é sustentado por alguns poderosos pioneiros colonizadores.

O método utilizado para a pesquisa desta dissertação foi o que mais se ajustou às condições do campo, pois se não tivesse a oportunidade de indagação e troca durante as narrativas, não se teria chegado a informações suficientes para entender o apagamento da memória na qual estava-se pretendendo conhecer. Assim como é necessário ressaltar que devido a se tratar de uma história recente, ter personagens polêmicos e poderosos vivos, e ainda ser uma cidade pequena; houve pessoas que se recusaram a prestar entrevistas, outras que optaram em falar sem gravações, e algumas que deram mais informações cruciais durante um cafezinho ou um papo informal pós encerramento da entrevista.

Mesmo assim, esta pesquisa se fez relevante e contribui para uma série de possibilidades a serem exploradas por futuros pesquisadores. Contudo, não me coube aqui aprofundar algumas demandas como “cidadão de bem”, “demarcação de terras”, “grilagem”, “preconceito”, “negligência quanto ao cumprimento da Lei nº 11.645 de 2008”, “empreendedorismo indígena”, “peculato”, “poder e política”, “comunicação e linguagem”, entre outros temas subliminares. Mas, acredito que mesmo de modo breve em cada passagem apta de pesquisa, ter deixado uma perspectiva a ser explorada.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juliana. *Enawene-Nawe Wixo: Diferença e convivialidade na gestão sociopolítica do cosmos*. 301 f. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal do Amazonas. 2015.

ALMT. Lei nº 4.456 de 9 de maio de 1982. *Assembleia Legislativa do Mato Grosso – Secretaria de Serviços Legislativos*. D.O. 10.05.82. Disponível em: <<https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-ff46-1982.pdf>>. Acesso em: 04/07/2022.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Revista Sociedade e Estado* – volume 34, número 1, janeiro/abril 2019.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. / Aleida Assmann; tradução: Paulo Soethe. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E.M.B.; *Snowball (bola de neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária*. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE / I Seminário Internacional de representações sociais, subjetividade, educação – SIRSSE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba, 7 a 10 de novembro de 2011.

BAO, Carlos Eduardo. *O discurso do “pioneiro colonizador” como elitismo cultural na cidade de Toledo/PR*. *Revista Em Tese*, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. V.14, n.1, jan./jun., 2017.

BECKER, Howard Saul. *Outsiders; estudos de sociologia do desvio* / Howard S. Becker; tradução Maria Luiza X. de Borges; revisão técnica Karina Kuschnir. – 1.ed.- Rio de Janeiro: Jorge

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política – Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Vol. 1. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. 1ª. Edição 1985. 3ª edição. Editora Brasiliense S.A., 1987.

BERTAUX, Daniel. *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BRASIL. *Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil de 16 de julho de 1934*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acessado em: 03/07/2022

_____. Decreto nº 64.860 de 23 de julho de 1969. *Homologa a demarcação de Terra Indígena que menciona, nos Estados de Mato Grosso e Rondônia*. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/25717-homologa-a-demarcauuo->

de-terra-indigena-que-menciona-nos-estados-de-mato-grosso-e-rondonia.html.
Acessado em: 03/07/2022.

_____. Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Estatuto do Índio. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Último acesso em: 06/09/2022.

_____. *Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008*. Diário Oficial da União, Poder
Executivo, Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

_____. Ministério Público Federal. *Relatório Figueiredo*. 1967. Disponível em:
<<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/relatorio-figueiredo>>. Acessado em: 06/06/2022.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos.

CARDOZO, Ivaneide Bandeira. *Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão em Terras Indígenas: Terra Indígena Roosevelt* / organizadora Ivaneide Bandeira Cardozo. -- Porto Velho: ECAM, 2016.

CENSO BRASILEIRO de 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Rio de Janeiro: IBGE, 2012

CHAUÍ, Marilena; BRASIL. *MITO FUNDADOR E SOCIEDADE AUTORITÁRIA*. 1ª edição: abril 2000. 2ª reimpressão: outubro de 2001. Revisão. Maurício Balthazar Leal e Vera Lúcia Pereira.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Relatório _ Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2017*. ISSN 1984-7645. Coordenação da pesquisa: Lúcia Helena Rangel.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: Mito fundador e sociedade brasileira. Editora: Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2000.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus Municípios*. Editora Buriti: 2001.

FORST, Rainer. "Normativity and power. Analyzing social orders of justification". Oxford University Press, 2017.

FOUCAULT, Michel. 1926-1984. *Nascimento da biopolítica: curso dado ao Collège de France (1978-1979)* / Michel Foucault; edição estabelecida por Michel Senellart; sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão de tradução Claudia Berliner. – São Paulo: Martins Fontes, 2008. – (Coleção Tópicos)

GAGO, Verônica. "*A Razão Neoliberal: Economias barrocas e pragmática popular*". SP, Editora Elefante, 2018.

GIL, Antônio Carlos.; *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* / Antônio Carlos Gil. / 6. ed. – 4. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

GRAMSCI, Antonio.; *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Editora Civilização Brasileira. 7ª edição. 1989.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker – São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. *Capitalismo e moderna teoria social*. 5a. ed. Lisboa: Ed. Presença, 2000.

_____. *A constituição da sociedade* / Anthony Giddens: Tradução Álvaro Cabral. – 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. – (Biblioteca universal)

GUERRIEIRO, I.C.Z.; MINAYO, M.C. *A aprovação da Resolução CNS nº 510/2016 é um avanço para a ciência brasileira*. Saúde Soc. São Paulo, v.28, n.4, p.299-310, 2019.

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. *Violência Urbana um problema Social*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(1): 105-119, maio de 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Lamparina, 2015.

IANNI, Octávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

IORIS, L. *Juiná: a rainha da floresta* / Lídio Loris. São Paulo: All Print Editora, 2009.

KELLER, Tatiana; LEÃO, Rosaura Maria Albuquerque. *Toponímia, história e memória: nomes das ruas do bairro Centro da cidade de Santa Maria/RS*. Entrepalavras, Fortaleza, v.10, n.3, e1906, p.1-24, set-dez/2020.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três estrelas. 2013

LUCIANO, Gersen dos Santos. *O índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MENDONÇA, Daniel; *Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº1. Brasília, janeiro – junho de 2009, pp. 153-169.

_____. *Antagonismo como identificação política*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº9. Brasília. Setembro de 2012. Pp. 205-228.

MINAYO, M. C. S.; *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. Ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOTTA, Luiz Eduardo; SERRA, Carlos Henrique Aguiar; *A ideologia em Althusser e Laclau: diálogos (im)pertinentes*. Revista Sociologia Política, v.22, n.50, p.125-147, jun. 2014.

NORA, Pierre; *Entre memória e história – a problemática dos lugares*. In: Les lieux de mémoire. I La République, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII – XLII. Tradução autorizada pelo Editor. Editions Gallimard 1984.

OLIVEIRA, João Pacheco de; *Fricção Interétnica – Verbetes*. DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. v., p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; *O índio e o mundo dos brancos*. Roberto Cardoso de Oliveira. – 4.ed. – Campinas, SP. Editora UNICAMP, 1996. (Coleção Repertórios)

ONG, Aihwa. *Neoliberalism as exception. Mutations in citizenship and sovereignty*. London: Duke University Press, 2006.

PEREIRA SANTI, R.; *A ação da CODEMAT na colonização oficial de MT: revisitando o projeto Juína (1978-1997)*. Dissertação apresentada a Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT. 2016.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

_____. *Capítulo 2: Colonialidade do Poder e Classificação Social*. P.73-118. In Epistemologias do Sul / Org. Boaventura de Souza Santos, Maria Paula Menezes. 2009 – (CES) ISBN 978-972-40-3738-7.

RAMOS, Beatriz Drague. *Em decisão histórica, STF reconhece direito territorial dos povos indígenas do Parque Aripuanã*. Publicado em: 17 de janeiro de 2022. Página da Operação Amazônia Nativa. Disponível em: <https://amazonianativa.org.br/2022/01/17/em-decisao-historica-stf-reconhece-direito-territorial-dos-povos-indigenas-do-parque-aripuanã/>. Último acesso em: 06/07/2022.

REIS, Vanilda dos; FRANÇA, Cecília de Campos. *Rikbaktsa: Uma história sob duas perspectivas*. Revista Moinhos, Tangará da Serra, v.1, n.1, 2012. (p. 232-252)

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. / Paul Ricoeur (1913) – Tradução: Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

SANTOS, Boaventura. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Julio César. *A fronteira Noroeste: Entre Colonos e Garimpeiros de Juína-MT*. XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH-Brasil / Conhecimento histórico e diálogo social. Natal-RN, 22 a 26 de julho 2013.

_____. *O processo de multiterritorialização no Noroeste de Mato Grosso: Uma reflexão sobre os impactos sociais nas vidas de indígenas, seringueiros, colonos e garimpeiros*. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis – SC, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427672094_ARQUIVO_ArtigoAnpuhJulioCesar.pdf>. Acessado em: 04/06/2022.

SANTOS, Júlio César dos. *A Fronteira como lugar das diferenças: Rickbaktsa entre a igreja e o estado (1930-1985)* / Júlio César dos Santos. – Cuiabá – MT , 2018. 258f.:il.

SANTOS, Tarcísio. *Juruena: carbono e serviços ambientais nas áreas indígenas* / Tarcísio Santos: coordenado por Lívia Alcântara, Tarcísio Santos: ilustrado por Lalan Bessoni. Cuiabá-MT: Operação Amazônia Nativa, 2020.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. In: MORAES FILHO, Evaristo. Georg Simmel: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. SOUZA, Edison Rodrigues de. *Sociocosmologia do Espaço Enawene Nawe* / Edison Rodrigues de Souza. 160 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2011.

SOUZA, Edson Rodrigues. 2011 *Sociocosmologia do Espaço Enawene Nawe*. Salvador: UFBA-PPGAS (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Editora UFMG, 2003.

WEBER, Max. 1864-1920. *A ética protestante e o espírito do capitalismo* / Max Weber; tradução de M. Irene de Q.F.Szmrecsányi, Tamás J.M.K. Szmrecsányi. - - 13.ed. - - São Paulo: Pioneira, 1999. - - (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Sociologia)

_____. *Conceitos básicos de sociologia* / Max Weber; tradução de Rubens Eduardo Ferreira Frias e Gerard Georges Delaunay. São Paulo: Centauro, 2002.